

Boa Vista Serviços S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do
exercício findo em 31 de dezembro
de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	23
Balanço patrimonial individual e consolidado	29
Demonstrações dos resultados individual e consolidado	30
Demonstrações dos resultados abrangente individual e consolidado	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado	32
Demonstrações dos fluxos de caixa	33
Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado	34
Notas explicativas às demonstrações financeiras	35

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Durante 2020 demonstramos mais uma vez a importância da **inteligência analítica**, que fornecemos a nossos clientes para a o auxílio à tomada de suas decisões mais importantes. Neste ano de incertezas, em que muitos de nossos clientes tiveram crescimentos negativos, trabalhamos fortemente e com grande proximidade a eles para enfrentar uma série de desafios inesperados. Em um mundo em que existe cada vez mais informação e maior dificuldade em entendê-la, trabalhamos em conjunto com nossos clientes para desenvolver ferramentas analíticas que, conjugando informações internas do próprio cliente, nossos dados proprietários e dados do mercado, melhoraram a capacidade decisória de nossos clientes em um ambiente econômico hostil. Nosso trabalho está inserido na essência do gerenciamento de riscos das empresas mais importantes do país. Os algoritmos analíticos por nós desenvolvidos, aliados às informações que coletamos, organizamos e gerenciamos, continuam se mostrando fundamentais para que uma empresa possa gerar vantagens competitivas em um ambiente de negócios volátil, com recuperação econômica ainda não consolidada.

A pandemia que ainda afeta o Brasil, apesar dos seus terríveis efeitos, serviu de confirmação da fortaleza de nossa estratégia. Em primeiro lugar, nosso foco está em desenvolver soluções analíticas que fundamentam os processos decisórios mais importantes de nossos clientes, para acelerar seu crescimento sem riscos indevidos; essas soluções se alavancam em dados proprietários, mas não dependem só deles. Para fazer isso com sucesso devemos ser capazes de apoiá-los em um mundo cada vez mais digital, com velocidade, criatividade e segurança. Nosso trabalho executando estas duas diretrizes, em um processo ainda em andamento, nos permitiu enfrentar os desafios de 2020 com sucesso. Durante esse ano, operando em modo remoto, aumentamos o número de produtos que lançamos e a velocidade e qualidade na sua entrega. Todo isto foi possível ao acelerar nosso investimento e esforço em migrar para os processos mais avançados na indústria, tais como o uso de *squads* em todas as iniciativas relacionadas a produto e tecnologia, a incorporação de novas técnicas analíticas e novas bases massivas, como as do cadastro positivo, em nosso desenvolvimento de produtos, e a migração de grande parte de nossas operações para a Nuvem.

Não existe melhor exemplo de nosso progresso em nos posicionar na vanguarda da indústria do que nosso sucesso comercial com os clientes mais sofisticados em termos do uso de soluções analíticas. *Fintechs* representam nosso setor de maior crescimento, pois estas empresas dependem de maior agilidade e inovação para enfrentar com sucesso instituições financeiras tradicionais que contam com recursos muito maiores e fortalezas já estabelecidas. Nossas soluções analíticas com dados híbridos, as quais utilizam nossas bases proprietárias e que agora também a incorporam os novos dados vindos do cadastro positivo, têm sido elemento fundamental para sustentar o crescimento destes entrantes. Igualmente, nosso foco em inovação nos levou a criar soluções de recuperação creditícia puramente digitais, tais como nosso Aviso Eletrônico de Débito, que transformou de forma fundamental a tradicional carta de negativação, aumentando a recuperação de crédito e o retorno do investimento de nossos clientes. Esperamos que, assim que os efeitos negativos da crise da COVID-19 arrefeçam, tanto nossos clientes mais sofisticados acelerem o consumo de novas soluções analíticas, quanto nossos clientes menores ou menos aparelhados organizacionalmente sejam educados sobre a necessidade de fortalecer seus processos decisórios com a maior utilização de dados diferenciados, mais processos digitais e técnicas analíticas mais avançadas.

O desempenho positivo de nossos negócios durante a pandemia, aliado aos recursos obtidos em nossa Oferta Pública Inicial de Ações, “*IPO*”, agora nos permitirá acelerar a implantação de nossa estratégia com o alavancamento de nossas fortalezas analíticas, tanto de forma inorgânica, através de aquisições de empresas que complementam ou fortalecem nossa carteira de soluções, quanto de investimentos orgânicos em pessoas e processos para criar o melhor grupo de cientistas e engenheiros na indústria.

Devemos ressaltar que nossa agilidade organizacional já começa a ter um impacto positivo em termos de crescimento inorgânico. A Boa Vista já tinha iniciado, antes da sua abertura de capital, uma série de aproximações com empresas que atuam em segmentos relacionados e que se beneficiariam de forma clara e rápida de nossas capacidades analíticas. Assim, em menos de 3 meses após nosso *IPO* realizamos a aquisição da Acordo Certo, plataforma 100% digital, que nos permite incursionar no mercado de soluções ao consumidor, provendo de forma humanizada e ética ferramentas para a renegociação de dívidas. Com Acordo Certo conectamos indivíduos que buscam melhorar sua situação financeira com as grandes empresas fornecedoras de crédito e colaboramos em criar um ambiente de negociação justa e célere. De acordo com um estudo feito pelo Google, que analisou o ecossistema de inovação brasileiro, a Acordo Certo foi apontada como uma das startups mais buscadas pela população do país durante a pandemia. A combinação de Acordo Certo com Boa Vista cria uma empresa que melhora esse processo negocial utilizando nossa inteligência analítica, ajudando tanto a nossos clientes quanto a consumidores, em linha com nossa visão de colaborar com melhorar as relações de consumo no país.

Também anunciamos recentemente a aquisição da Konduto, com a qual incorporaremos nossa expertise analítica e dados privilegiados para criar uma solução líder no setor de prevenção a fraude no crescente mercado de e-commerce, lojas virtuais, *fintechs* e meios de pagamento. A Konduto é já uma das empresas na vanguarda no combate à fraude em transações digitais e, com a expertise digital e analítica da Boa Vista, nossos clientes devem obter aumentar suas taxas de conversão com um risco reduzido.

Obtivemos agora os recursos para completar a implantação de nosso Centro de Excelência em Analytics (CEA), que almejamos se converta na organização de ponta para alavancar o crescimento do uso de produtos analíticos na resolução dos problemas mais importantes para nossos clientes. O CEA concentrará todo o desenvolvimento de nossas soluções analíticas, criando economias de escala em conhecimento e capacidade de interpretação das mais diversas fontes de dados em um mundo com informação exponencialmente crescente e com dificuldade também exponencial no seu processamento e uso inteligente. Inicialmente o CEA tem como objetivo se tornar o benchmark no (i) desenvolvimento de modelos e algoritmos do ciclo de crédito no país; (ii) atingindo desempenhos superiores com o uso de uma nova arquitetura de Engenharia e Ciência de Dados e Plataforma de Analytics; e (iii) a criação de times de excelência engajados em projetos de pesquisa com aplicação prática imediata.

Todos nossos sucessos não seriam possíveis sem o foco no desenvolvimento e crescimento de nosso recurso mais importante, nossos colaboradores. Neste período nos mantivemos solidários com nosso time e nossos clientes na luta contra a COVID-19. Para isso implantamos as mais diversas iniciativas, tais como garantir a segurança dos times com a modalidade de trabalho remoto em todas as nossas unidades, e implantar atendimento telefônico exclusivo para suporte psicológico disponível 24 horas. Devemos ressaltar que, em linha com a importância fundamental de nosso capital humano, não realizamos *lay-offs* ou iniciativas de redução salarial e de jornadas de trabalho durante todo este período.

Nossa preocupação com as pessoas e nossos colaboradores é primordial e estamos engajados em projetos de cultura da empresa, melhora na experiência do colaborador e promoção do tema diversidade em nosso dia a dia. Lançamos o calendário de diversidade e formamos grupos de afinidades (mulheres, raças, *lgbtq+* e pessoas com deficiência). Acreditamos que nosso maior ativo são nossos colaboradores e que nosso compromisso com a sustentabilidade é parte fundamental do propósito da Companhia. Esperamos com isso criar um ambiente que atraia e retenha os melhores talentos no país.

Entramos em 2021 com o forte objetivo de impulsionar o desenvolvimento do mercado de soluções analíticas, maximizando os resultados de nossos clientes e promovendo o melhor ambiente de crédito possível aos brasileiros. Nosso time comercial procura, para isso, expandir dentro de nossos clientes o entendimento de como o uso de ferramentas analíticas gera vantagens competitivas para seus negócios. Isso resultará em uma expansão de mercado que pretendemos liderar. Com nossos esforços, estamos conseguindo demonstrar o valor de novas fontes e usos de dados, o que deve resultar em um consumo maior de nossa oferta atual de produtos e a adoção de novas soluções à medida que os clientes entendem o impacto benéfico desse uso. Nossas soluções analíticas devem ganhar ainda mais aderência e poder preditivo com a integração de dados entre nossas empresas adquiridas e informações incrementais do cadastro positivo, que incorporará informações do setor de Telecomunicações no 2T21 e posteriormente das empresas de Utilidades Públicas. Essa evolução nos permitirá melhorar nosso apoio ao público “não bancarizado”, fomentando melhores condições de crédito para essa parcela da população brasileira menos assistida atualmente.

Finalmente, com nosso foco em inovação e soluções analíticas, continuaremos melhorando a estrutura de nossos investimentos, otimizando a compra de dados com a busca de novas formas de aquisição e obtenção de dados a um menor custo, para aumentar assim nosso investimento em desenvolvimento de produtos. Nosso sucesso neste processo já é visível na queda expressiva no CAPEX de Dados, que deve continuar ao longo de 2021.

Estamos confiantes que utilizamos os desafios do ano 2020 para nos tornarmos ainda mais fortes e aptos para entregar valor a nossos clientes e acionistas, utilizando inteligência analítica aliada à complementação de nossas soluções, seja com produtos desenvolvidos internamente como pela sinergia com as atuais e futuras aquisições. Temos agora uma base sólida para a construção da empresa referência em *analytics* em 2021.

Dirceu Gardel, CEO

Comentários do Desempenho

Receita Líquida

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Receita Líquida	172.251	176.666	-2,5%	155.145	11,0%	630.299	661.863	-4,8%
Serviços para Decisão	144.261	145.087	-0,6%	134.606	7,2%	530.254	528.605	0,3%
Serviços de Recuperação	27.990	31.579	-11,4%	20.539	36,3%	100.045	133.258	-24,9%

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Receita Líquida Consolidada	172.251	176.666	-2,5%	155.145	11,0%	630.299	661.863	-4,8%
Receita Líquida Orgânica	171.342	176.666	-3,0%	155.145	10,4%	629.390	661.863	-4,9%
Receita Líquida Inorgânica	909	-	-	-	-	909	-	-

Neste trimestre iniciamos a consolidação dos resultados de 10 dias da Acordo Certo, para o devido entendimento da dinâmica dos negócios, comentaremos a seguir a Receita de forma orgânica e inorgânica.

A Receita Líquida do trimestre decresceu 2,5% ano contra ano (-3,0% de forma orgânica), impactada principalmente pela redução esperada na linha de Serviços de Recuperação, efeito da migração de comunicados físicos para os meios digitais na Receita de Serviços de Recuperação, mas com incremento de margem de contribuição nominal comentada a seguir nas seções de receitas de Serviços de Recuperação e de Custos de Serviços, adicionada ao impacto da crise do COVID-19 no volume de negativas no período.

Quando comparada ao trimestre anterior, a Receita Líquida cresceu 11,0% (+7,2% de forma orgânica), influenciadas pelo aumento do uso das Soluções para Decisão e pela retomada do volume geral de negativas e comunicados enviados diretamente influenciando os Serviços de Recuperação.

Em 2020, a Receita Líquida decresceu 4,8% (-4,9% de forma orgânica) principalmente influenciada pela redução programada da migração de comunicados físicos para os meios digitais na Receita de Serviços de Recuperação, com efeito benéfico à de margem de contribuição nominal comentada a seguir nas seções de receitas de Serviços de Recuperação e de Custos de Serviços, adicionada ao impacto da crise do COVID-19 no volume de negativas no período.

Receita de Serviços para Decisão

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Serviços para Decisão	144.261	145.087	-0,6%	134.606	7,2%	530.254	528.605	0,3%
Soluções Analíticas	94.032	84.216	11,7%	87.927	6,9%	333.752	280.406	19,0%
Relatórios de risco	37.938	47.452	-20,0%	37.895	0,1%	156.736	201.384	-22,2%
Soluções de marketing	11.044	13.418	-17,7%	8.502	29,9%	38.220	46.814	-18,4%
Soluções para o consumidor	1.247	1	-	282	342,2%	1.546	1	-

A Receita de Serviços para Decisão do trimestre decresceu 0,6% ano contra ano. O desempenho de receitas com Soluções Analíticas se manteve resiliente, crescendo 11,7%, fruto tanto da continuidade da migração de Relatórios de Riscos para essas soluções, quanto da adoção de soluções híbridas de maior valor agregado. A continuidade da crise do COVID-19, manteve o efeito adverso na receita de Soluções de Marketing que decresceu 17,7% ano contra ano devido a menores investimentos de nossos clientes na prospecção e originação de *leads*. Neste trimestre iniciamos a consolidação da Acordo Certo, na linha de Soluções para o Consumidor, os 10 dias de resultado da Acordo Certo representaram R\$ 909 mil de receitas dessas soluções.

Quando comparada ao trimestre anterior, essa linha cresceu 7,2%. Destacadamente a adoção de Soluções Analíticas híbridas, vem crescendo trimestre a trimestre, outro ponto relevante é de que o nível de consultas a *scores* registrou em dezembro patamares de uso pré-crise, quanto estávamos em nosso recorde. Esse efeito também pode ser notado na linha de Relatório de Riscos, que apresentou estabilidade frente ao trimestre anterior, mesmo com a continuidade da migração de relatórios menos sofisticados para Soluções Analíticas. As Soluções de Marketing cresceram 29,9% principalmente pela sazonalidade de prospecção para o período de vendas de final de ano.

No ano de 2020, essa linha foi impulsionada pelo crescimento de 19,0% das Soluções Analíticas, foco da estratégia da Companhia, tanto pela continuidade da migração de relatórios de risco para analíticos, quanto pelo ganho de tração de soluções híbridas dentro dos analíticos. A queda em Relatórios de Risco,

é derivada da migração para analíticos e do impacto da crise do COVID-19, pois essas soluções estão mais ligadas a contratos por uso com maior influência de setores como o varejo físico, que tiveram suas atividades impactadas por medidas de isolamento social. As Soluções de Marketing também foram impactadas pelo ambiente de incerteza econômica que reduziu os investimentos de nossos clientes na prospecção de novos negócios. Para fomentar o uso dessas soluções em 2021 ofereceremos produtos além da prospecção, como gestão ativa de limites, *churn* e *cross-sell* e trabalharemos firme para o desenvolvimento de Soluções de Marketing além do crédito. O crescimento da linha de consumidor está fortemente atrelado à consolidação dos resultados da Acordo certo, que como comentado anteriormente contribuiu com apenas 10 dias para essas receitas, durante o ano de 2020 a Acordo Certo teve faturamento de aproximadamente R\$ 33,2 milhões.

Receita de Serviços de Recuperação

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Serviços de Recuperação	27.990	31.579	-11,4%	20.539	36,3%	100.045	133.258	-24,9%
Soluções Digitais	12.877	10.891	18,2%	8.460	52,2%	45.359	35.970	26,1%
Soluções Impressas e Relatórios	15.113	20.688	-26,9%	12.079	25,1%	54.686	97.288	-43,8%

A receita de Serviços para Recuperação do trimestre decresceu 11,4% ano contra ano, resultado da contínua migração dos comunicados de meios físicos para digitais, que possuem maior margem de contribuição para a Companhia e melhores resultados de recuperação a nossos clientes. Dessa forma as soluções digitais cresceram 18,2% frente a redução de 26,9% da receita com Soluções Impressas e Relatórios.

Quando comparada ao trimestre anterior, essa linha cresceu 36,3%. Resultado da retomada parcial do volume geral de negativas e demais comunicados, bem como a venda de carteiras de recebíveis entre clientes e empresas de cobrança, que geram nova comunicação aos devedores. As Soluções Digitais tiveram maior destaque, crescendo 52,2% no período, as Soluções Impressas e Relatórios cresceram 25,1% mesmo com a continuidade da migração para comunicados digitais dado o maior volume geral de comunicados emitidos.

Em 2020, essa linha seguiu a trajetória de migração entre comunicados físicos para digitais, impactada também pelos efeitos da COVID-19 na economia, que levaram a redução de negativas no 3T20. Dessa forma as Soluções Digitais cresceram 26,1% frente a uma redução de 43,8% das Soluções Impressas e Relatórios, esperamos continuar migrando as Soluções Impressas e Relatórios para as Digitais nos próximos anos, resultando assim em uma maior margem de contribuição nominal para a Companhia apesar do impacto em receita, como já refletido pela evolução das receitas versus os custos de comunicados nos últimos períodos.

Custos e Despesas Operacionais

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Custos e Despesas Operacionais	(123.430)	(136.845)	-9,8%	(177.675)	-30,5%	(555.241)	(525.374)	5,7%
Custo dos serviços prestados	(85.457)	(92.246)	-7,4%	(91.680)	-6,8%	(346.873)	(358.754)	-3,3%
Despesas operacionais	(37.973)	(44.599)	-14,9%	(85.995)	-55,8%	(208.368)	(166.620)	25,1%
Com vendas	(9.737)	(14.524)	-33,0%	(9.686)	0,5%	(45.931)	(59.033)	-22,2%
Gerais e administrativas	(28.000)	(29.512)	-5,1%	(30.029)	-6,8%	(115.977)	(107.020)	8,4%
Plano de opção / Antecip. Vesting	-	-	-	(45.856)	-100,0%	(45.856)	-	-
PECLD	(236)	(563)	-58,1%	(424)	-44,3%	(604)	(567)	6,5%

Custos dos Serviços

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Custo dos Serviços Prestados	(85.457)	(92.246)	-7,4%	(91.680)	-6,8%	(346.873)	(358.754)	-3,3%
Comunicados e outros variáveis	(13.819)	(17.651)	-21,7%	(10.754)	28,5%	(49.629)	(74.857)	-33,7%
Pessoal	(13.412)	(12.005)	11,7%	(12.205)	9,9%	(49.726)	(50.913)	-2,3%
Serviços de terceiros	(20.489)	(24.869)	-17,6%	(27.780)	-26,2%	(88.952)	(83.473)	6,6%
Outros	4	(1.286)	-100,3%	(1.594)	-100,3%	(4.982)	(6.747)	-26,2%
Depreciação e amortização	(37.741)	(36.435)	3,6%	(39.347)	-4,1%	(153.584)	(142.764)	7,6%

Quando comparado ao trimestre anterior o Custo dos Serviços Prestados decresceu 7,4%, resultado da estratégia de migração dos comunicados físicos para meio digitais, que leva à contínua redução dos Custos de Comunicados e outros Custos Variáveis, aliada a menores Custos com Serviços de Terceiros, principalmente os relacionados a serviços de T.I., parcialmente compensados por maiores Gastos com Pessoal decorrentes de ações de contratações para o CORE de operações da empresa e de maiores gastos com assistência médica e benefícios para home office e maior Depreciação e Amortização correlacionados a aquisição de dados dos últimos anos. A atual aquisição de dados está comentada na seção de CAPEX.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior o decréscimo de 6,8% foi influenciado por menores gastos com Serviços de Terceiros em T.I. e menor Depreciação e Amortização no período, parcialmente compensados pelo aumento em comunicados e Outros Custos Variáveis dada a retomada do volume de comunicados emitidos frente ao 3T20, impactado pelos efeitos da crise.

No acumulado do ano o decréscimo de 3,3% se deu principalmente pelo processo de migração para comunicados digitais, bem como pela redução no número de comunicados emitidos por efeitos de postergação durante a crise, e em menor parte à transferência dos Gastos com Pessoal dos *squads* para CAPEX de Produtos, parcialmente compensados por maior Depreciação e Amortização principalmente correlacionados à aquisição de dados dos últimos 5 anos e maiores gastos de serviços de T.I. durante o processo de transformação digital e migração para a nuvem.

Despesas de Vendas

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Despesa de Vendas	(9.737)	(14.524)	-33,0%	(9.686)	0,5%	(45.931)	(59.033)	-22,2%
Pessoal	(7.074)	(8.245)	-14,2%	(5.455)	29,7%	(28.154)	(30.220)	-6,8%
Remuneração de parceiros	(1.091)	(3.851)	-71,7%	(2.706)	-59,7%	(9.017)	(15.982)	-43,6%
Serviços de terceiros	(794)	(436)	82,1%	(587)	35,3%	(2.289)	(2.088)	9,6%
Outros	(778)	(1.992)	-60,9%	(938)	-17,1%	(6.471)	(10.743)	-39,8%

Na comparação ano contra ano do trimestre as despesas de vendas do trimestre apresentaram queda de 33,0%, majoritariamente por menores gastos de pessoal, dado o menor provisionamento da parcela variável de remuneração do Time de vendas, esse efeito também pode ser observado na Remuneração de Parceiros, devido ao menor volume de vendas durante o período da crise do COVID-19, e por menores gastos em outras despesas, relacionadas a menores ações de marketing e de viagens frente ao mesmo período do ano anterior.

Quando comparado ao trimestre anterior as Despesas de Vendas cresceram 0,5%, influenciadas por maiores Gastos de Pessoal por maior provisionamento da parcela variável de remuneração do Time de vendas, parcialmente compensados por menores gastos com a remuneração de parceiros, e a contínua economia com demais gastos dada as atividades de teletrabalho.

No ano de 2020 essas despesas apresentaram queda de 22,2%, majoritariamente influenciadas por menores remuneração variável dos Times internos e de Parceiros de Vendas, impactados em sua produtividade de vendas pelos efeitos do isolamento social nas atividades de nossos clientes, que elevaram o tempo do ciclo de novas vendas, mantivemos também economias com viagens e ações de marketing durante a pandemia.

Despesas Gerais e Administrativas

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Despesas Gerais e Administrativas	(28.000)	(29.512)	-5,1%	(30.029)	-6,8%	(115.977)	(107.020)	8,4%
Pessoal	(8.693)	(16.936)	-48,7%	(14.787)	-41,2%	(51.629)	(55.582)	-7,1%
Serviços de terceiros	(8.883)	(2.745)	223,6%	(4.711)	88,6%	(23.921)	(16.977)	40,9%
Outros	(8.888)	(8.309)	7,0%	(8.827)	0,7%	(33.966)	(28.524)	19,1%
Depreciação e amortização	(1.536)	(1.522)	0,9%	(1.704)	-9,9%	(6.461)	(5.937)	8,8%

Na comparação ano contra ano do trimestre as despesas Gerais e Administrativas decresceram 5,1%, influenciadas por menores despesas com pessoal, que no 4T19 teve um complemento da provisão para participação nos resultados (“PPR”) dado o bom resultado do ano. Essa redução foi parcialmente compensada pelo efeito da descontinuação das squads de Plataformas Digitais de Recuperação, dada a aquisição da plataforma da Acordo Certo e a maiores gastos não recorrentes com serviços de terceiros principalmente correlacionados ao pagamento de consultoria e despesas legais de fusões e aquisições no total de R\$4.268.

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas decresceram 6,8% pela redução em despesas com Pessoal devido ao menor provisionamento de PPR, parcialmente compensado por maiores gastos com serviços de terceiros, relacionados a consultorias mencionados anteriormente.

No acumulado do ano o houve o incremento de 8,4% nessas despesas, influenciados principalmente por maiores gastos com consultorias e outros serviços impactados pela aquisição da Acordo Certo, e pelo efeito da descontinuação das squads de Plataformas Digitais de Recuperação na linha de outros, parcialmente compensado por menores gastos com pessoal relacionados ao PPR como comentado acima.

Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber (PECLD)

A constante análise do contas a receber resultou no decréscimo de R\$327 mil, no 4T20 versus 4T19, e de R\$188 mil na comparação com o trimestre anterior.

Na comparação do acumulado do ano, essa linha apresentou leve piora de R\$37 mil devido a negociações pontuais que acontecerem no 3T20.

Eventos não recorrentes

Neste trimestre o resultado foi impactado na linha de Despesas Gerais e Administrativas por R\$4.268 decorrente de gastos com aquisição da Acordo Certo relacionados a assessorias e *due diligences*. Também nesse trimestre houve um crédito não recorrente de imposto de renda no valor de R\$ 21.029 mil comentado na seção de imposto de renda.

No resultado do 3T20 a Companhia reconheceu o montante de R\$45.856 referente a antecipação de *vesting* das opções outorgadas do plano 2012. Esse lançamento teve caráter não recorrente e sem efeito caixa, totalmente atrelado à oferta pública de ações. Portanto os comentários de EBITDA ajustado desconsideram esses efeitos nos montantes de R\$4.268 no trimestre e R\$50.124 no acumulado do ano para a devida comparabilidade. No lucro ajustado além desses efeitos, consideramos o montante negativo de R\$ 23.629 mil de crédito de imposto não recorrente relacionado à emissão de ações.

EBITDA e EBITDA Ajustado

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Receita Líquida	172.251	176.666	-2,5%	155.145	11,0%	630.299	661.863	-4,8%
Custos + Despesas	(123.430)	(136.845)	-9,8%	(177.675)	-30,5%	(555.241)	(525.374)	5,7%
(+) Depreciação e Amortização	39.277	37.957	3,5%	41.051	-4,3%	160.045	148.701	7,6%
EBITDA	88.098	77.778	13,3%	18.521	375,7%	235.103	285.190	-17,6%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>51,1%</i>	<i>44,0%</i>	<i>7,1 pp.</i>	<i>11,9%</i>	<i>39,2 pp.</i>	<i>37,3%</i>	<i>43,1%</i>	<i>-5,8 pp.</i>
(+) Eventos não Recorrentes	4.268	-	-	45.856	-90,7%	50.124	-	-
EBITDA Ajustado	92.366	77.778	18,8%	64.377	43,5%	285.227	285.190	0,0%
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>53,6%</i>	<i>44,0%</i>	<i>9,6 pp.</i>	<i>41,5%</i>	<i>12,1 pp.</i>	<i>45,3%</i>	<i>43,1%</i>	<i>2,2 pp.</i>

O EBITDA Ajustado do trimestre cresceu 18,8% ano contra ano, resultado do expressivo ganho de margem bruta obtido pela continuidade do plano de migração de Soluções Impressas e Relatórios para as Soluções Digitais, que embora originem menores receitas, incrementam significativamente a margem bruta da Companhia, elevando a Margem EBITDA ajustado para 53,6% no trimestre.

Quando comparado ao trimestre anterior o EBITDA Ajustado cresceu 43,5% em virtude do aumento de receitas aliado à redução de custos e despesas sem efeitos não recorrentes, reiterando a alavancagem operacional da Companhia, elevando em 12,1 pontos percentuais a Margem de EBITDA Ajustado.

No acumulado do ano de 2020 o EBITDA ajustado apresentou estabilidade. O foco no controle de Custos e Despesas sem efeitos não recorrentes, nos levou à elevação da Margem EBITDA ajustado em 2,2 pontos percentuais, mesmo com o efeito negativo da crise do COVID-19 na receita, em especial no 2T20 e 3T20.

CAPEX

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
CAPEX de Intangíveis ¹	36.247	64.125	-43,5%	43.191	-16,1%	159.398	189.493	-15,9%
Dados	19.023	53.322	-64,3%	24.919	-23,7%	102.172	158.688	-35,6%
Produtos	11.320	496	2182,3%	6.429	76,1%	25.374	1.540	1547,7%
Software e Outros	5.904	10.307	-42,7%	11.843	-50,1%	31.852	29.265	8,8%
CAPEX de Imobilizado ¹	2.678	1.870	43,2%	683	292,1%	9.889	9.209	7,4%
Direito de Uso de Imóveis	1.533	1.672	-8,3%	-	-	4.721	1.721	174,3%
Informática e Outros	1.145	198	478,3%	683	67,6%	5.168	7.488	-31,0%
CAPEX Total sem efeito de Aquisições¹	38.925	65.995	-41,0%	43.874	-11,3%	169.287	198.702	-14,8%
CAPEX de Aquisições	353.565	-	-	-	-	353.565	-	-
Intangível	351.036	-	-	-	-	351.036	-	-
Imobilizado	2.529	-	-	-	-	2.529	-	-
CAPEX Total com Aquisições	392.490	65.995	494,7%	43.874	794,6%	522.852	198.702	163,1%

¹ desconsidera o efeito de ajuste de PPA de aquisições

Os comentários do CAPEX abaixo desconsideram o valor adicionado aos ativos intangíveis e imobilizado oriundo do laudo de *Purchase Price Allocation* ("PPA") da aquisição da Acordo Certo.

Na comparação ano contra ano do trimestre o CAPEX Total decresceu 41,0%, principalmente influenciado pela redução dos custos de aquisição de bases de dados, que decresceram R\$ 34.299 mil, principalmente pela estratégia de redução do custo de dados, que visa otimizar a forma de aquisição, trazendo mais assertividade e economia nas compras, esse processo deverá se estender até o final de 2021. Neste ano também iniciamos a jornada das squads, demonstrada acima na linha de Produtos, reduzindo parcialmente essa economia. Esse investimento é basicamente composto pelos salários destinados a formação e desenvolvimento de nossos produtos e não é comparável com a base de 2019. O patamar de investimento desse trimestre já reflete quase a totalidade dos squads de produtos atuais, que ainda serão adicionados dos investimentos na contratação de cientistas e engenheiros de dados relacionados à operacionalização do CEA (Centro de Excelência em Analytics), ao longo do ano de 2021, para o desenvolvimento e aprimoramento de nosso Scores que trarão ainda mais assertividade e geração de resultados para os nossos clientes.

Quando comparado ao trimestre anterior, o CAPEX Total decresceu 11,3%, principalmente pela redução dos custos com bases de dados, comentados acima e menores investimentos em Software e Outros, parcialmente compensados pelo aumento do número de *squads* de produtos durante o 4T20.

No acumulado do ano o CAPEX Total decresceu 14,8%, principalmente pela redução de 35,6% nos gastos com Dados, resultado da contínua negociação dos modelos de aquisição de dados aliada à redução dos investimentos em informática resultante da migração da infraestrutura tecnológica para a nuvem, parcialmente compensados pelo crescimento das *squads* de Produtos comentado acima.

EBITDA Ajustado (-) CAPEX¹

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
EBITDA Ajustado	92.366	77.778	18,8%	64.377	43,5%	285.227	285.190	0,0%
Capex Total (sem efeito de aquisições)	(38.925)	(65.995)	-41,0%	(43.874)	-11,3%	(169.287)	(198.702)	-14,8%
EBITDA Ajustado (-) Capex Total¹	53.441	11.783	353,5%	20.503	160,6%	115.940	86.488	34,1%
<i>Margem EBITDA Ajustado (-) Capex Total¹</i>	<i>31,0%</i>	<i>6,7%</i>	<i>24,4 pp.</i>	<i>13,2%</i>	<i>17,8 pp.</i>	<i>18,4%</i>	<i>13,1%</i>	<i>5,3 pp.</i>

¹ desconsidera o efeito de ajuste de PPA de aquisições

O EBITDA Ajustado (-) CAPEX Total do trimestre cresceu 353,5% ano contra ano reflexo da forte melhora do EBITDA ajustado, aliada à redução de 41,0% do CAPEX Total, que levou ao **resultado recorde de R\$ 53.441 mil com margem de 31,0%**.

Quando comparado ao trimestre anterior o EBITDA Ajustado (-) CAPEX Total apresentou evolução de 160,6% pela combinação da recuperação do EBITDA Ajustado, com a redução de CAPEX de dados.

O EBITDA Ajustado (-) CAPEX Total apresentou crescimento de 34,1%, resultado do menor CAPEX Total em especial pela redução do custo de aquisição de Bases de Dados.

Resultado pós EBITDA

Resultado Financeiro

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Resultado financeiro	1.210	(5.490)	-122,0%	(4.258)	-128,4%	(12.971)	(23.068)	-43,8%
Receitas financeiras	7.547	1.155	553,4%	1.381	446,5%	10.590	6.049	75,1%
Despesas financeiras	(6.337)	(6.645)	-4,6%	(5.639)	12,4%	(23.561)	(29.117)	-19,1%

Na comparação trimestral frente ao ano anterior, o resultado financeiro apresentou melhora R\$6.700 mil, principalmente pela maior receita financeira no período dado o aumento da posição de caixa e equivalentes dado o ingresso dos recursos do IPO.

Na comparação com o trimestre anterior o resultado financeiro apresentou melhora de R\$5.468 mil principalmente influenciado por maiores receitas financeiras devido ao maior caixa disponível em aplicações financeiras. O aumento de despesas financeiras é oriundo dos custos de pagamento antecipado de dívidas visando maior eficiência de custo de capital para a Companhia.

No acumulado do ano o resultado financeiro apresentou melhora de 43,8% principalmente influenciado por menores despesas financeiras devido à redução do CDI e do spread da dívida no período, aliadas a maiores receitas financeiras motivado pela aplicação dos recursos do IPO em aplicações financeiras majoritariamente atreladas ao CDI do período.

Imposto de Renda

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
LAIR	50.031	34.331	45,7%	(26.788)	-286,8%	62.087	113.421	-45,3%
IR a taxa nominal (34%)	(17.011)	(11.673)	45,7%	9.108	-286,8%	(21.110)	(38.563)	-45,3%
Incentivos fiscais	(222)	683	-132,5%	1.855	-112,0%	1.942	1.863	4,2%
Antecipação de vesting Plano de Opções	-	-	-	(15.640)	-100,0%	(15.640)	-	-
Gastos com emissão de ações	21.029	-	-	2.600	708,8%	23.629	-	-
Outras adições/exclusões não dedutíveis	(2.015)	(622)	224,0%	178	-1232,0%	(4.255)	(2.313)	84,0%
Outros	240	7	3328,6%	(228)	-205,3%	24	24	0,0%
Imp. de renda e Contr. social	2.021	(11.605)	-117,4%	(2.127)	-195,0%	(15.410)	(38.989)	-60,5%
Imp. de renda e Contr. social corrente	(20.779)	(6.146)	238,1%	(20.779)	0,0%	(37.501)	(17.982)	108,5%
Imp. de renda e Contr. social diferido	18.652	(3.928)	-574,8%	18.652	0,0%	20.070	(9.403)	-313,4%
% Taxa efetiva corrente	-41,5%	-17,9%	-23,6 pp.	77,6%	-119,1 pp.	-60,4%	-15,9%	-44,5 pp.
% Taxa efetiva total	4,0%	-33,8%	37,8 pp.	7,9%	-3,9 pp.	-24,8%	-34,4%	9,6 pp.

No trimestre, a variação da taxa efetiva está essencialmente relacionada a gastos com emissão de ações que transitam contabilmente no patrimônio líquido, no entanto são dedutíveis para fins de apuração. Foi considerado o montante de R\$21.029 como dedutível pela realização do pagamento do montante que havia sido provisionado no 3T de 2020.

No acumulado do ano a variação da taxa efetiva está essencialmente relacionada a: (i) menor Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social derivado do impacto não recorrente sem efeito caixa da antecipação do vesting do Plano de Opções. Essa despesa tem caráter indedutível e, portanto, é uma adição permanente na apuração; (ii) gastos com emissão de ações que transitam contabilmente no patrimônio líquido, no entanto são dedutíveis para fins de apuração. Foi considerado o montante de R\$23.629 como dedutível no ano; e (iii) projetos de P&D enquadrados nas regras de incentivo fiscal (Lei do Bem) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Lucro Líquido	52.052	22.727	129,0%	(28.915)	-280,0%	46.677	74.432	-37,3%
(-) Despesas não recorrentes	4.268	-	-	45.856	-90,7%	50.124	-	-
(+) Impostos não recorrentes	(21.029)	-	-	(2.600)	708,8%	(23.629)	-	-
Lucro Líquido Ajustado	35.291	22.727	55,3%	14.341	146,1%	73.172	74.432	-1,7%
Lucro Líquido Ajustado por ação¹	0,07	0,04	55,3%	0,03	146,1%	0,14	0,14	-1,7%

¹ considera o número atual de ações (520.797.860) para comparação entre período

No terceiro trimestre e no acumulado do ano o Lucro líquido foi impactado pelo efeito não recorrente de despesas ligadas à antecipação de vesting do Plano de Opções de Ações decorrente da Abertura de Capital da Companhia, realizada em 30 de setembro de 2020. O efeito não recorrente sobre impostos é relacionado a gastos com a emissão de ações também correlacionadas à Oferta. Para fins de comparabilidade comentaremos o Lucro líquido ajustado desse efeito.

Quando comparado ao ano anterior o Lucro Líquido Ajustado do trimestre cresceu 55,3% influenciado pelo bom resultado do EBITDA Ajustado, aliados ao melhor resultado financeiro no período.

Frente ao trimestre anterior o Lucro Líquido Ajustado cresceu 146,1% resultado do incremento do EBITDA Ajustado, parcialmente compensado pelo efeito não recorrente do IRPJ e CSLL.

No acumulado do ano o Lucro Líquido Ajustado decresceu 1,7% principalmente influenciado por maiores depreciação e amortização e IRPJ e CSLL ajustado de créditos não recorrentes, parcialmente compensados por melhor resultado financeiro.

FLUXO DE CAIXA

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%	2020	2019	Δ%
Lucro Líquido do Período	52.052	22.727	129,0%	(28.915)	-280,0%	46.677	74.432	-37,3%
Efeitos não Caixa no Lucro Líquido	46.763	57.213	-18,3%	96.093	-51,3%	255.576	227.279	12,5%
Lucro ajustado ao Caixa do Período	98.815	79.940	23,6%	67.178	47,1%	302.253	301.711	0,2%
Varição do Capital de Giro	(29.695)	(1.040)	2754,4%	(6.790)	337,3%	(50.693)	(58.081)	-12,7%
IRPJ + CSLL Pagas	(5.146)	-	-	(114)	4414,0%	(20.036)	(4.579)	337,6%
Fluxo de Caixa Operacional Líquido	63.974	78.900	-18,9%	60.274	6,1%	231.524	239.051	-3,1%
Fluxo de Caixa de Investimentos	(80.123)	(70.669)	13,4%	(38.983)	105,5%	(202.408)	(193.632)	4,5%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	1.179.295	(22.751)	-5283,5%	(23.540)	-5109,7%	1.214.122	(106.657)	-1238,3%
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.163.146	(14.520)	-8110,5%	(2.249)	-51818,4%	1.243.238	(61.238)	-2130,2%

Na comparação ano contra ano do trimestre o fluxo operacional líquido decresceu 18,9% devido a maior variação do capital de giro e pagamento de impostos. O Fluxo de investimentos cresceu 13,4% principalmente pelo pagamento da parcela inicial da Acordo certo no montante de R\$30.500 mil. O Fluxo de Financiamentos foi positivamente impactado pelo ingresso líquido de R\$1.366.433 mil dos recursos oriundos da abertura de capital e bônus de subscrição, parcialmente compensados pelo pré-pagamento de dívidas.

Na comparação contra trimestre anterior o fluxo operacional de caixa cresceu 6,1% dado o crescimento do lucro, parcialmente compensado por maiores variações no capital de giro e impostos pagos. As demais variações são explicadas pelas mesmas razões do comentário acima.

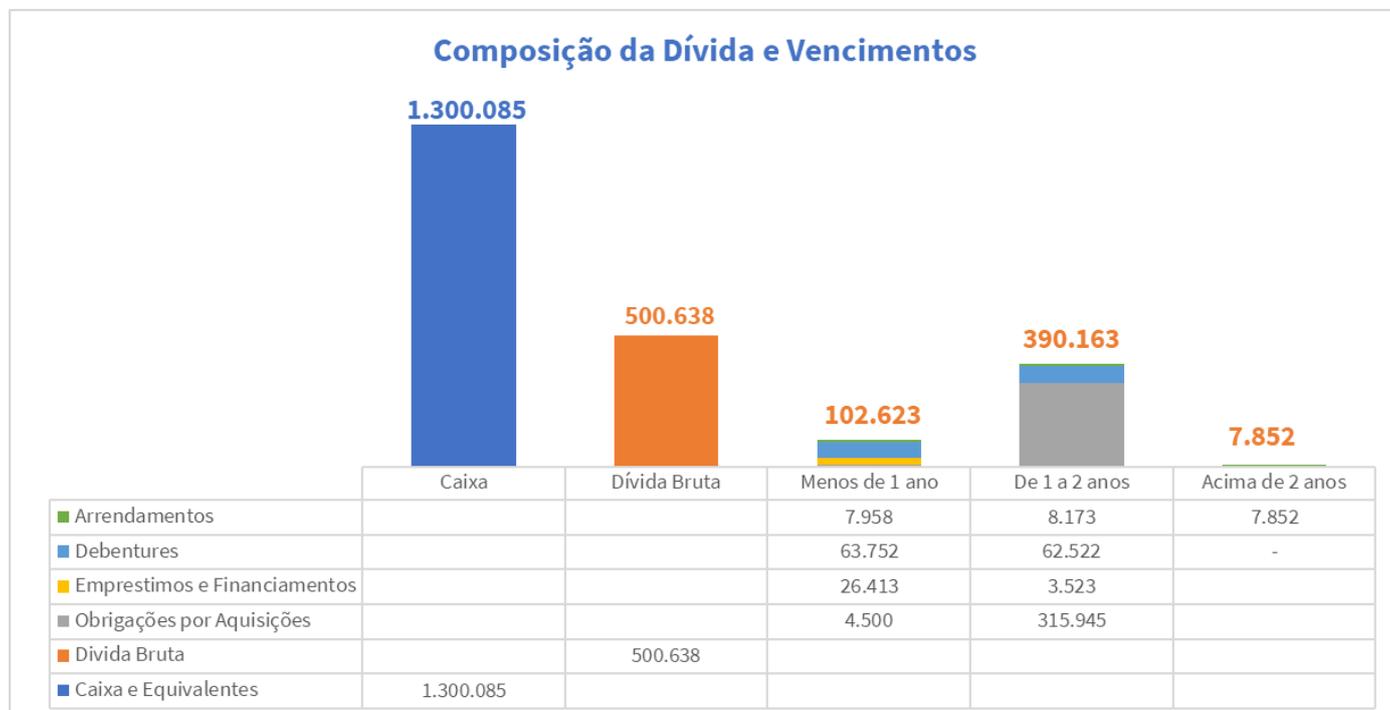
No acumulado do ano o fluxo operacional de caixa decresceu 3,1%, principalmente por maior pagamento de impostos devido ao término de aproveitamento de prejuízos acumulados, o fluxo de investimentos foi apenas 4,5% maior que o ano anterior mesmo com o pagamento da parcela inicial da aquisição da Acordo Certo dada a economia com a aquisição de dados no período. O fluxo de financiamentos foi majoritariamente influenciado pelos recursos do IPO e bônus de subscrição como comentado no trimestre.

DÍVIDA BRUTA E LÍQUIDA

(R\$ mil)	4T20	4T19	Δ%	3T20	Δ%
Empréstimos e Financiamentos	29.936	79.570	-62,4%	189.959	-84,2%
Debêntures	126.274	190.359	-33,7%	142.087	-11,1%
Obrigações por Aquisições	320.445	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	23.983	20.750	15,6%	24.237	-1,0%
Dívida Bruta	500.638	290.679	72,2%	356.283	40,5%
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.300.085)	(56.847)	2187,0%	(136.939)	849,4%
Dívida Líquida / (Caixa Líquido)	(799.447)	233.832	-441,9%	219.344	-464,5%

A Dívida Bruta cresceu 72,2% ano contra ano, em virtude do aumento de obrigações por aquisições originadas da parcela variável esperada da aquisição da Acordo Certo, parcialmente compensada pela redução de empréstimos e financiamentos para otimização do custo da dívida. Com o incremento do caixa com os recursos da Abertura de Capital, passamos a uma posição de caixa líquido de R\$ 799.447, preparados para dar continuidade tanto no plano de Aquisições (M&A) quanto para o investimento no Centro de Excelência em Analytics (CEA) ao longo de 2021.

Composição final da dívida da Companhia, destacada no gráfico abaixo:



O Caixa representou 3,60x a dívida total da Companhia, cobrindo 13,67x a dívida de curto prazo. Em dezembro, houve a efetivação da aprovação da aquisição da Acordo Certo adicionando R\$320.445 mil à dívida bruta. A posição atual de caixa líquido reitera a solidez da Companhia que está totalmente capitalizada e seguindo na execução do uso dos recursos, dando continuidade nos planos de M&A, evidenciada pela aquisição da Konduto comentada nos eventos recentes, bem como para a operacionalização do CEA.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisição de controle da Acordo Certo S.A.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 5.8.1, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia adquiriu 100% do capital da empresa Acordo Certo S.A. Por ter adquirido o controle da referida entidade, a Companhia determinou, na data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, com base em estudo e avaliação independente realizado por especialistas externos contratados pela administração.

Estes procedimentos normalmente envolvem, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo em nossa auditoria.

Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido do alto grau de julgamentos relacionados feitos pela Companhia e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas poderiam ter nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- inspecionamos o contrato relacionado à combinação de negócios que fundamenta a determinação da data de aquisição do controle e do valor justo da contraprestação transferida e,
- com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o laudo dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para fins de alocação do preço de compra, realizado por um especialista contratado pela Companhia, a razoabilidade das premissas, as quais confrontamos com as informações de mercado, e da metodologia utilizadas na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
- analisamos as informações contábeis e financeiras da empresa adquirida e as conciliamos com as informações contidas no referido laudo de avaliação; e
- avaliamos a adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios efetuada pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o mensuração dos valores justos da contraprestação transferida e dos ativos adquiridos e passivos assumidos e as divulgações sobre a combinação de negócio da Acordo Certo S.A. são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



Ativos Intangíveis (base de dados e desenvolvimento de novos produtos)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 10, a Companhia apresenta saldos significativos relacionados à aquisição de bases de dados e desenvolvimento de novos produtos, os quais estão registrados como ativo intangível.

Os gastos diretamente atribuíveis à desenvolvimento de um novo produto devem ser reconhecidos como ativo intangível, quando todos os elementos do CPC 04 – Ativo Intangível a seguir estão atendidos: viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso; intenção e capacidade de concluir e usar o ativo intangível; demonstração da geração de benefícios econômicos futuros; disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou o ativo intangível; e capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Em decorrência da relevância dos valores envolvidos e do julgamento exercido na determinação dos gastos diretamente atribuíveis à desenvolvimento dos novos produtos a serem reconhecidos como ativos intangíveis, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

- Os procedimentos de auditoria realizados incluíram, entre outros: o desenho e, com base em amostragem, a efetividade operacional dos controles chaves da Companhia relacionados a identificação, avaliação, mensuração e registro contábil das aquisições de bases de dados e dos gastos com o desenvolvimento de novos produtos;
- testamos as documentações suportes para as compras de dados, por meio de amostra;
- avaliamos, se a vida útil atribuída às ativos intangíveis está apropriada com base nas premissas adotadas pela Companhia;
- revisamos o teste de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis preparado pela Companhia;
- avaliamos a adequação das divulgações relacionadas às ativos intangíveis efetuadas pela Companhia nas novas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os saldos do ativo intangível referente a bases de dados a aquisições de bancos de dados e ao desenvolvimento de novos produtos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já
- que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


João Paulo Dal Poz Alouche
CRC 1SP245785/O-2

Boa Vista Serviços S.A.

Balanco patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019			31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.264.650	56.847	1.300.085	56.847	Fornecedores	12	40.335	40.714	41.177	40.714
Contas a receber	7	105.780	100.131	111.748	100.131	Empréstimos e financiamentos bancários	13.a)	26.412	69.160	26.412	69.160
Despesas antecipadas		13.139	14.465	13.188	14.465	Arrendamentos	13.b)	7.602	6.562	7.959	6.562
Impostos a recuperar	30.b)	21.814	1.431	21.817	1.431	Debêntures	14	63.752	65.479	63.752	65.479
Outros ativos		2.655	1.334	2.910	1.334	Gastos com emissão de ações	19.b)	1.018	-	1.018	-
Total do ativo circulante		1.408.038	174.208	1.449.748	174.208	Obrigações por aquisição de investimento	5.8.1	4.500	-	4.500	-
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	7	14.232	6.912	14.232	6.912	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	15	29.532	29.747	30.038	29.747
Depósitos judiciais	18.v)	15.647	8.637	15.647	8.637	Adiantamentos de clientes	17	1.368	4.811	1.385	4.811
Impostos a recuperar		956	-	956	-	Provisões e impostos a pagar	18	4.239	12.172	5.823	12.172
Imposto de renda e contribuição social diferido	20.c)	22.157	18.945	22.157	18.945	Dividendos a pagar	19.e)	11.086	20.537	11.086	20.537
Investimentos	8	390.200	-	-	-	Outras contas a pagar		2.727	2.362	7.080	2.362
Imobilizado	9	30.632	27.706	32.534	27.706	Total do passivo circulante		192.571	251.544	200.230	251.544
Intangível	10	537.249	542.007	891.914	542.007	Não circulante					
Total do ativo não circulante		1.011.073	604.207	977.440	604.207	Empréstimos e financiamentos bancários	13.a)	3.524	10.410	3.524	10.410
Total do ativo						Total do passivo e patrimônio líquido					
		<u>2.419.111</u>	<u>778.415</u>	<u>2.427.188</u>	<u>778.415</u>	Arrendamentos	13.b)	15.606	14.188	16.024	14.188
						Obrigações por aquisição de investimento	5.8.1	315.945	-	315.945	-
						Debêntures	14	62.522	124.880	62.522	124.880
						Provisões e impostos a pagar	18	30.993	26.449	30.993	26.449
						Total do passivo não circulante		428.590	175.927	429.008	175.927
						Patrimônio líquido					
						Capital social	19.a)	1.638.058	202.129	1.638.058	202.129
						Reservas de capital	19.c)	115.830	140.344	115.830	140.344
						Reservas de lucros	19.c)	44.062	8.471	44.062	8.471
						Total do patrimônio líquido		1.797.950	350.944	1.797.950	350.944
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.419.111</u>	<u>778.415</u>	<u>2.427.188</u>	<u>778.415</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados individual e consolidado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receita líquida de serviços	22	629.390	661.863	630.299	661.863
Custo dos serviços prestados	23	(345.918)	(358.754)	(346.873)	(358.754)
Lucro bruto		283.472	303.109	283.426	303.109
Despesas operacionais					
Com vendas	23	(45.615)	(59.033)	(45.931)	(59.033)
Gerais e administrativas	23	(115.712)	(107.020)	(115.977)	(107.020)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(745)	-	-	-
Plano de opção - Antecipação <i>Vesting</i>	28	(45.856)	-	(45.856)	-
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	(549)	(567)	(604)	(567)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		74.995	136.489	75.058	136.489
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	10.566	6.049	10.590	6.049
Despesas financeiras	24	(23.550)	(29.117)	(23.561)	(29.117)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		62.011	113.421	62.087	113.421
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes e Diferidos	20	(15.334)	(38.989)	(15.410)	(38.989)
Lucro líquido do exercício		<u>46.677</u>	<u>74.432</u>	<u>46.677</u>	<u>74.432</u>
Resultado por ação					
Resultado por ação básico - R\$	25	0,08963	0,14292	0,08963	0,14292
Resultado por ação diluído - R\$	25	0,08772	0,13989	0,08772	0,13989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente individual e consolidado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício	46.677	74.432	46.677	74.432
Resultado abrangente dos exercícios	46.677	74.432	46.677	74.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	Capital social	Agio e valor justo de combinação de negócios	Reservas de capital		Reservas de lucros		Total	
		Capital social Integralizado		Plano de opção com base em ações	Gastos com Oferta Pública de Ações	Reserva legal	Retenção de lucros		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2018		202.129	136.330	3.796	-	4.749	34.796	-	381.800
Aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16		-	-	-	-	-	(1.053)	-	(1.053)
Plano de opção com base em ações	28	-	-	218	-	-	-	-	218
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	74.432	74.432
Reserva legal	19.d)	-	-	-	-	3.722	-	(3.722)	-
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(34.796)	-	(34.796)
Pagamento de dividendos intermediários do exercício	19.e)	-	-	-	-	-	-	(49.120)	(49.120)
Proposta dividendos complementar do exercício		-	-	-	-	-	-	(20.537)	(20.537)
Proposta de retenção de lucros		-	-	-	-	-	1.053	(1.053)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		202.129	136.330	4.014	-	8.471	-	-	350.944
Saldos em 31 de dezembro de 2019		202.129	136.330	4.014	-	8.471	-	-	350.944
Plano de opção com base em ações	28	-	-	46.000	-	-	-	-	46.000
Aumento de capital social		1.435.929	-	-	-	-	-	-	1.435.929
Gastos com Oferta Pública de Ações - CPC 08(R1)	19	-	-	-	(70.514)	-	-	-	(70.514)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	46.677	46.677
Reserva legal	19.d)	-	-	-	-	2.334	-	(2.334)	-
Proposta dividendos do exercício	19.e)	-	-	-	-	-	-	(11.086)	(11.086)
Proposta retenção de lucros		-	-	-	-	-	33.257	(33.257)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.638.058	136.330	50.014	(70.514)	10.805	33.257	-	1.797.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido	46.677	74.432	46.677	74.432
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	23	160.031	148.701	160.045
Despesas financeiras sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	19.531	19.784	19.531
Custos de transação sobre empréstimos e debêntures	13 e 14	1.803	6.597	1.803
Redução ao valor recuperável do contas a receber	7	(549)	(567)	(734)
Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e fiscais	18	11.649	12.441	11.649
Juros e multas de provisões para contingências	18	544	830	544
Baixa do ativo imobilizado	9	4.959	-	4.959
Equivalência patrimonial	8	745	-	-
Resultado de exercícios anteriores	-	-	(3.645)	-
Depósito judicial no resultado	-	241	241	-
Atualização de depósitos judiciais	-	(227)	(280)	(280)
Plano de opções em ações	28	46.000	218	46.000
Impostos sobre o lucro IR e CSLL - Correntes e Diferidos	20	15.334	38.990	15.410
Varição nos ativos operacionais:				
Contas a receber		(12.420)	(10.687)	(18.203)
Depósitos judiciais		(7.024)	(2.803)	(7.024)
Despesas antecipadas		1.326	(8.019)	1.277
Impostos a recuperar		(21.339)	1.712	(21.342)
Outros ativos		(1.321)	692	(1.576)
Varição nos passivos operacionais:				
Fornecedores		(379)	(3.750)	463
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais		(215)	4.473	291
Obrigações tributárias		(99)	(18.632)	1.485
Partes relacionadas		-	(1.723)	-
Adiantamento de clientes		(3.443)	(10.934)	(3.426)
Outras contas a pagar		104	(834)	5.011
Provisões para perdas cíveis e trabalhistas	18	(7.649)	(7.030)	(7.649)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		254.279	243.611	251.560
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.036)	(4.579)	(20.036)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		234.243	239.032	231.524
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de imobilizado	9	(9.889)	(9.209)	(12.418)
Aquisições de intangíveis	10	(159.398)	(184.423)	(159.490)
Aquisições de controlada	8	(30.500)	-	(30.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital social na investida	5.8.1	(40.000)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(239.787)	(193.632)	(202.408)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	13 e 14	194.325	71.570	195.374
Pagamento de empréstimos financiamentos e debêntures	13 e 14	(307.370)	(62.760)	(307.788)
Juros e custos pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	(19.503)	(20.344)	(19.359)
Gastos com emissão de ações	19.b)	(69.496)	-	(69.496)
Aumento de capital social	19.a)	1.435.929	-	1.435.929
Dividendos pagos	19.e)	(20.538)	-	(20.538)
Dividendos pagos intermediários do exercício	19.e)	-	(60.308)	-
Dividendos pagos exercícios anteriores	19.e)	-	(34.796)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.213.347	(106.638)	1.214.122
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.207.803	(61.238)	1.243.238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	56.847	118.085	56.847
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.264.650	56.847	1.300.085
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.207.803	(61.238)	1.243.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receitas					
Receita de serviços vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	709.886	745.738	710.881	745.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão	7	(549)	(567)	(734)	(567)
		<u>709.337</u>	<u>745.171</u>	<u>710.147</u>	<u>745.171</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e das mercadorias e serviços		(99.484)	(132.277)	(99.697)	(132.277)
Serviços de terceiros		(69.736)	(61.719)	(69.950)	(61.719)
Materiais, Energia e Outros		(766)	(668)	(770)	(668)
Auditoria, consultoria e assessoria		(26.348)	(26.733)	(26.688)	(26.733)
Viagens		(860)	(2.714)	(860)	(2.714)
Seguros		(205)	(138)	(205)	(138)
Outros custos e despesas administrativas		(6.762)	(1.875)	(6.765)	(1.875)
		<u>(204.161)</u>	<u>(226.124)</u>	<u>(204.935)</u>	<u>(226.124)</u>
Valor adicionado bruto		<u>505.176</u>	<u>519.047</u>	<u>505.212</u>	<u>519.047</u>
Depreciação e amortização	23	(160.031)	(148.701)	(160.658)	(148.701)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>345.145</u>	<u>370.346</u>	<u>344.554</u>	<u>370.346</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	8	(745)	-	-	-
Receitas financeiras	24	10.566	6.049	10.590	6.049
Outros		(1.060)	149	(1.063)	149
Valor adicionado total a distribuir		<u>353.906</u>	<u>376.544</u>	<u>354.081</u>	<u>376.544</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	23	175.364	136.715	175.365	136.715
Plano de opção - Antecipação <i>Vesting</i>	28	89.608	96.196	89.608	96.196
Benefícios		45.856	-	45.856	-
FGTS		17.516	15.634	17.517	15.634
		22.384	24.885	22.384	24.885
Impostos, taxas e contribuições		<u>95.830</u>	<u>122.864</u>	<u>95.993</u>	<u>122.864</u>
Municipais		14.363	14.865	14.413	14.865
Federais		81.467	107.999	81.580	107.999
Remuneração de capitais de terceiros		<u>36.035</u>	<u>42.533</u>	<u>36.046</u>	<u>42.533</u>
Juros		23.550	29.117	23.557	29.117
Aluguéis		6.351	8.325	6.355	8.325
Outros		6.134	5.091	6.134	5.091
Remuneração de capitais próprios		<u>46.677</u>	<u>74.432</u>	<u>46.677</u>	<u>74.432</u>
Lucro do exercício		46.677	74.432	46.677	74.432
Valor adicionado distribuído		<u>353.906</u>	<u>376.544</u>	<u>354.081</u>	<u>376.544</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de capital aberto (a partir de 30 de setembro de 2020) listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, sob o código BOAS3, com sede na Avenida Tamboré, 267 - 11º ao 15º e 24º andar, cidade de Barueri.

Iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010, tendo se originado a partir de um serviço de proteção de crédito presente há mais de 60 anos no mercado brasileiro. Com base nos dados que coletou ao longo dos anos, a Companhia estruturou infraestruturas e metodologias que consolidam e transformam informações em dados sobre pessoas físicas e jurídicas, gerando conhecimento de valor agregado, objetivando permitir que nossos clientes tomem melhores decisões.

Em 9 de março de 2020, os acionistas da Companhia decidiram pela abertura de capital e aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária, através do Conselho de Administração a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia iniciou as negociações de suas ações no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão após a obtenção do registro de empresa de capital aberto, sob o código de negociação BOAS3.

A Companhia fornece um leque completo de soluções analíticas, dentre as quais se destacam *credit scoring*, serviços de recuperação de crédito, prospecção de clientes, *marketing services*, entre outros. A Companhia também oferece serviços de análise de dados, em função da necessidade das empresas em terem acesso a uma quantidade crescente de dados de maneira mais organizada e customizada. Agregamos valores ao oferecer serviços que aliam inteligência analítica à tecnologia aplicada, transformando dados brutos em soluções estruturadas para ajudar seus clientes a enfrentar seus desafios de mercado.

Atuamos no mercado brasileiro, visando reduzir a assimetria de informações, tornando a prospecção de clientes, a análise e a recuperação de crédito mais seguras e acessíveis. O ambiente regulatório em que opera segue sujeito a grandes transformações, dentre as quais destacam-se as recentes alterações no regime jurídico do Cadastro Positivo, banco de dados com informações sobre o histórico de pagamentos de uma base ampla de consumidores e empresas.

A Companhia tem presença geográfica em nível nacional, sendo que suas receitas estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul, onde estão concentradas a maior parte do Produto Interno Bruto nacional. Entretanto, o objetivo da Companhia é ampliar sua participação nas demais regiões do país onde existe maior oportunidade de crescimento.

Fusões e aquisições

Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra da empresa Acordo Certo Participações S.A. (“Acordo Certo”), pelo montante de R\$381.018, dos quais R\$30.500 foram pagos no ato da assinatura do contrato. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar de R\$344.018, sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a adquirida relativas ao exercício de 2022. O montante de R\$381.108 foi ajustado a valor presente em R\$30.073, totalizando R\$350.945.

A Acordo Certo é provedora da plataforma 100% digital de renegociação de dívidas que tem como principal objetivo ajudar consumidores a regularizarem suas dívidas de uma forma 100% online de maneira simples e fácil, conectando credores com dívidas vencidas com seus consumidores.

Impactos relacionados à COVID-19

Diante do cenário atual que o país atravessa por conta da pandemia do COVID-19, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de continuidade em suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, considerando os possíveis impactos do COVID-19 na posição patrimonial e financeira da Companhia. A avaliação da Administração leva em consideração premissas relevantes, como, por exemplo, a estimativa de receita de serviços pela demanda de informação de relatórios de créditos e outros negócios, a volumetria diária, oportunidades de novas vendas e os contratos de serviços recorrentes.

A maior parte de nossos contratos de serviços tem características de valores recorrentes, que asseguraram um patamar de fluxo de recebimentos e não houve perda relevante de clientes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Dessa forma, com base em nossas revisões das projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais para o exercício de 2020, concluímos que não há necessidade de reconhecimento de *impairment* dos ativos em 31 de dezembro de 2020.

Em 7 de dezembro de 2020 o governo de São Paulo anunciou que a vacinação contra o COVID-19 começará no dia 25 de janeiro de 2021. Serão 18 milhões de doses nessa primeira fase, que será voltada para os idosos, profissionais de saúde, indígenas e quilombolas, a vacinação será gratuita através do Sistema Único de Saúde do estado.

Em 31 de dezembro de 2020 por decisão do governo de São Paulo, todos os 645 municípios do estado devem voltar à fase 1-vermelha do Plano São Paulo a partir de 1 de janeiro de 2021, a meta é tentar conter o avanço de casos novos do COVID-19, segundo a Secretária Estadual da Saúde, cresceram 76% em dezembro em São Paulo, na comparação com novembro.

Na fase 1-vermelha do Plano São Paulo só podem funcionar os serviços considerados essenciais nas áreas de abastecimento, segurança, transporte e saúde como mercados, farmácias, postos de combustíveis, padarias e lavanderias.

No entanto, a Boa Vista manteve suas medidas implementadas desde o início da pandemia para proteger seus negócios e as pessoas.

- Principais medidas implementadas para proteger o negócio da Companhia foram:
 - Criação de um comitê diário (Comercial, Produtos e Finanças) para tratar solicitações de renegociações dos clientes individualmente. Nesse comitê é analisado o potencial do cliente ou grupo de clientes para atender suas demandas.
 - Lançamos produtos para o enfrentamento da pandemia que visam entender as novas necessidades de nossos clientes diante das mudanças do comportamento dos consumidores em consequência da crise.
 - Nossos times comerciais passaram a operar de forma remota e continuam desenvolvendo novas oportunidades e fechando negócios em andamento.

Os funcionários estão trabalhando com os mesmos níveis anteriores à pandemia, não há qualquer área paralisada e não houve interrupção na continuidade da entrega dos nossos produtos e serviços. Além disso, continuamos a operacionalizar nosso plano de migração para nuvem e transformação digital, preparando nossa Companhia para a retomada da economia.

- Principais medidas implementadas para proteger nossas pessoas
 - Implementamos as atividades de teletrabalho para quase a totalidade de nossos funcionários, exceto aqueles dedicados a atividades essenciais;
 - Disponibilizamos *notebooks* a todos os funcionários, respeitando o distanciamento social e reforçando a preocupação com o bem-estar dos nossos funcionários e continuidade dos nossos negócios;
 - Para o bem estar dos colaboradores, auxiliamos nossos funcionários para a viabilização das atividades de *home office*.
 - Foram interrompidas todas as viagens nacionais, internacionais e visitas físicas a clientes e fornecedores.
 - A Companhia não realizou nenhuma ação para redução de quadro de funcionários

Levando em consideração todos os fatores acima, a Administração concluiu que não existem fatos relevantes adicionais relacionados à capacidade da Companhia em continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram e serão preparadas com base na capacidade de continuidade operacional.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), bem como as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

b) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A demonstração do valor adicionado não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma suplementar para fins de IFRS.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 18 de março de 2021.

3 Base de preparação das Demonstrações financeiras

Abaixo representamos a controlada da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	<u>Participação em %</u>	
Participação direta:	31.12.2020	31.12.2019
Acordo Certo Participações S.A. (*)	100,00	-

(*) Empresa adquirida em 2020, conforme mencionado na nota explicativa 1. A Acordo Certo Participações S.A é proprietária e legítima titular de 100% do capital social da Acordo Certo Ltda.

3.1 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da controladora.

3.2 Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da empresa controlada. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada. b) eliminação dos saldos de investimentos da Companhia com os saldos de capital, reserva de lucros (prejuízos) acumulados da controlada.

A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa. As operações entre a empresa controladora, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e sua controlada foram eliminados. As perdas entre a empresa controladora é também eliminada, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a controladora desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a controladora retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se à:

- Reconhecimento de receita: se a receita de serviços para decisão e serviços de recuperação são reconhecidos ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo - Nota explicativa 5.13.
- Determinação da vida útil dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis: a determinação das vidas úteis requer estimativas em relação aos benefícios futuros esperados. As hipóteses relacionadas aos benefícios futuros esperados implicam em um grau significativo de julgamento - Nota explicativa 5.4 e 5.5.
- O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, na respectiva data de aquisição.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se à:

- Avaliação do risco de crédito para determinação da redução do valor recuperável do contas a receber: *score* - trata-se do *rating* calculado internamente pela Companhia que atribui ao cliente a probabilidade para recuperação das contas a receber - Nota explicativa 7.
- Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado, intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento - Nota explicativa 5.14.
- Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - Nota explicativa 18.

(i) Mensuração do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: instrumentos financeiros (nota explicativa 26) e transações de pagamento baseado em ações (nota explicativa 28).

5 Principais políticas contábeis

5.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras, que possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5.2 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- Se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- Os ativos financeiros gerenciados e cujos desempenhos são avaliados com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui caixa e equivalentes de caixa e derivativos (veja a nota explicativa 26). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa, em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

5.3 Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. A Companhia possui participações apenas em uma controlada.

Os investimentos na controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos entre as Companhias, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as Companhias, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes da controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados da controlada, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas.

5.4 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Direito de uso de imóvel	10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

5.5 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizados prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

a. Base de dados

O intangível inclui gastos com base de dados principalmente de cartórios, com a finalidade de formação dos produtos oferecidos pela Companhia a seus clientes. Estes ativos são amortizáveis pelo método linear, cuja vida útil é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos.

b. Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição e não são amortizadas ao longo do tempo.

c. Softwares

Refere-se a licenças adquiridas de programas de computador que são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os *softwares* adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição e sua respectiva amortização é realizada de acordo com a avaliação da vida útil estimada do ativo intangível.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Base de dados	5 anos
<i>Softwares</i>	5 a 8 anos
Carteira de clientes identificados em combinação de negócios	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com mão de obra interna no formato de *Squads* (times multidisciplinares) para desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos comercializados pela Companhia aos seus clientes, são classificados no intangível como “Novos produtos” após conclusão do produto, já para a classificação em “Intangível em andamento” são produtos ainda em desenvolvimento.

Os gastos com desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo;
- Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos e/ou aperfeiçoamento ou intenção de concluir o ativo para usá-lo.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto estimados entre 2 a 5 anos. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

5.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor de uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou Unidade Geradora de Caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou geração de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

5.8 Combinação de negócios e Goodwill

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição.

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a Unidade Geradora de Caixa poderá apresentar redução ao valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos na controlada é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

Reconhecimento e mensuração

a. Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

5.8.1 Combinação de negócios

A aquisição da controlada está alinhada à estratégia da Companhia de ampliar a oferta de produtos e soluções aos clientes e aos consumidores, fortalecer sua posição de liderança em soluções analíticas, reafirmar sua estratégia de transformação digital e criar valor através do uso da marca e da força de vendas assim como monetização da sua base de clientes e consumidores.

(i) Aquisição da Acordo Certo

Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra da totalidade das ações da empresa Acordo Certo Participações S.A., pelo montante de R\$381.018, no qual o valor foi ajustado a valor presente em R\$30.073, totalizando R\$350.945 os quais são compostos por :

- a) Preço de aquisição à vista de R\$37.000, sendo:
 - 1) R\$30.500 pagos aos acionistas vendedores em 21 de dezembro de 2020;
 - 2) R\$4.500 foi retido pela Companhia com a finalidade de ajuste do preço de aquisição, com prazo de liquidação até 60 dias da data da assinatura do contrato; e
 - 3) R\$2.000 retido do preço de forma a garantir a obrigação de indenização dos vendedores para possíveis perdas, a ser paga em 2023 à medida em que sejam finalmente decididas (trânsito em julgado).

- b) Preço de aquisição complementar a prazo de R\$344.018, o qual foi ajustado a valor presente em R\$30.073, totalizando R\$313.945, sendo:
 - 1) R\$100.623 (R\$91.827 a valor presente) devidamente ajustados pelo CDI, desde a data de fechamento até 31 de dezembro de 2022;
 - 2) R\$243.395 (R\$222.118 a valor presente), devidamente ajustados pelo CDI de 1 de janeiro de 2023 até seu efetivo pagamento, sujeita ao atingimento de metas estabelecidas para a adquirida relativas ao exercício de 2022 e outras obrigações contratuais(*).

(*) A remuneração devida ao assessor financeiro sobre o preço de aquisição complementar de R\$2.000 mais impostos e mais 5% do preço de aquisição complementar poderá ser paga pela Boa Vista e descontada do preço de aquisição complementar. De forma a garantir a obrigação de indenização dos Vendedores relativamente a perdas oriundas de demandas cujos fatos, atos e/ou omissões tenham sido objeto de divulgação nas declarações e garantias prestadas pelos Vendedores, foi autorizada a retenção de R\$13.000 do preço de aquisição complementar, a serem pagas em 2024, 2025 e 2026 na medida em que alguma demanda do valor retido seja finalmente decidida (trânsito em julgado), líquido de custos e despesas incorridos no tocante à defesa ou à demanda em questão.

A Acordo Certo é provedora da plataforma 100% digital de renegociação de dívidas que tem como principal objetivo ajudar consumidores a regularizarem suas dívidas de uma forma 100% online de maneira simples e fácil, conectando credores com dívidas vencidas com seus consumidores.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, contratou empresa especializada e independente, para a elaboração do estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), para a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Acordo Certo.

Em razão da complexidade da operação e sua relevância, a alocação final poderá sofrer alterações e aprimoramentos até a finalização do estudo, que tem estimativa em até 12 meses, a partir da data da respectiva aquisição.

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas em 21 de dezembro de 2020:

Ativo	Acordo Certo
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	391
Contas a receber	5.578
Despesa antecipada	49
Tributos a recuperar	3
Total do ativo circulante	6.021
Não circulante	
Partes relacionadas	255
Imobilizado	1.988
Total do ativo não circulante	2.243
Total do ativo	8.264
Passivo	Acordo Certo
Circulante	
Fornecedores	8.499
Impostos e contribuições a pagar	1.485
Obrigações trabalhistas	2
Total do passivo circulante	9.986
Empréstimos e financiamentos	782
Dividendos a pagar	6
Empréstimos com partes relacionadas	1.135
Total do passivo não circulante	1.923
Total ativos e passivos líquidos	(3.645)
Alocação de Mais valia	
<i>Software</i>	144.577
Marca	32.098
Ágio na Operação	177.915
Total da Combinação de Negócios a valor presente em 21.12.2020	350.945
Valor pago à vista	30.500
Parcela de curto prazo	4.500
Parcela de longo prazo (i)	315.945

(i) Os pagamentos de longo prazo foram trazidos a valor presente para a data de aquisição.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade da Companhia.

A movimentação de obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição abaixo:

	<u>2020</u>
Obrigações por aquisição de investimento	
Saldo em 1º de janeiro	-
Parcela fixa	100.623
Parcela variável	243.395
Parcela retida	6.500
Ajuste a valor presente sobre parcela fixa e variável	<u>(30.073)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>320.445</u>
Total Circulante	4.500
Total Não Circulante	<u>315.945</u>
Total	<u>320.445</u>

O saldo do circulante das obrigações por aquisição de investimentos no montante de R\$4.500 está prevista para pagamento em 30 de março de 2021, já o ativo não circulante das obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$315.945 terão seu vencimento em 2023.

O montante de R\$30.500 demonstrado no grupo de atividades de investimento, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica “Aquisição de controlada, líquido do caixa” corresponde ao valor pago, líquido do caixa das operações adquiridas.

O custo de transação envolvendo a aquisição da Acordo Certo em 2020 foi de R\$3.150, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

Foi realizado um aporte de capital na investida Acordo Certo Participações S.A., no montante R\$40.000 registrado na rubrica “Adiantamento para futuro aumento de capital” no patrimônio líquido devidamente incorporado ao capital em 1 de fevereiro de 2021.

5.9 Benefícios a empregados

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia oferece aos seus funcionários plano de aposentadoria de contribuição definida, chamado Boa Vista Prev., administrado pela Bradesco Vida e Previdência, cuja as contribuições mensais são feitas parte pelos funcionários e parte pela Companhia. O plano foi implementado em 1º de novembro de 2011 e modificado em 2015.

(iii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo dos acordos de pagamento baseado em ações é calculado na data de outorga, e reconhecido como despesas de pessoal durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

5.10 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e sua controlada. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A probabilidade de perda para contingências trabalhistas e fiscais inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos da Companhia. No caso de contingências cíveis a provisão é feita de acordo com quantidade de processos ativos independente da sua probabilidade de perda, multiplicado por valor médio histórico de perda dos processos.

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado pelo seu valor justo. Posteriormente, é mensurado pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com os requisitos de provisões acima ou o valor inicialmente reconhecido menos (quando apropriado) a amortização acumulada reconhecida de acordo com os requisitos de reconhecimento de receita.

5.11 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (R\$20 por mês) e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se (a) a Companhia tem o direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

5.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

5.13 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

5.13.1 Receita de serviços para decisão

Os serviços para decisão englobam a disponibilização de dados/scores à clientes para suportar tomadas de decisões, em sua maioria, sobre riscos de crédito junto aos seus consumidores.

a. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes podem acessar os dados/scores disponibilizados pela Companhia no momento em que é firmado o contrato.

Existem quatro tipos principais de contrato:

- (1) **Pacote mensal:** modalidade de pacotes padronizados que permite a contratação mensal dos produtos através de uma “cesta de produtos” padrão do portfólio. Os clientes contratam uma franquia de valor mensal e utilizam esses produtos, que serão precificados por preços unitários.

Se a utilização for menor que o valor contratado, será cobrada a franquia mensal. Se a utilização for maior que o valor contratado é cobrado excedente. Essa modalidade atende substancialmente clientes de pequeno porte.

- (2) **Pacote anual:** modalidade de pacotes customizados que permite a contratação dos produtos como volume limitado anual através de uma “cesta de produtos” customizadas do portfólio. Os clientes contratam um volume anual, pagam valor fixo mensal e utilizam esses produtos dentro do período contratado, que serão precificados por preços unitários. A cobrança de excedente ocorrerá somente se a volumetria utilizada for maior que a volumetria anual contratada. Se o volume utilizado for inferior ao volume anual contratado, não existe a devolução de qualquer valor ao cliente. Essa modalidade atende substancialmente clientes de grande porte.
- (3) **Pacote ilimitado:** modalidade de pacotes customizados que permite a contratação dos produtos como volume ilimitado através de uma “cesta de produtos” customizadas do portfólio. Os clientes pagam valor fixo mensal e utilizam esses produtos dentro do período contratado. Essa modalidade atende substancialmente clientes estratégicos de grande porte.
- (4) **Tabela cascata:** modalidade de uso sem valor mínimo que permite a utilização de uma “cesta de produtos” ou determinado produto do portfólio. A precificação é feita por volume X preço, onde quanto mais se utiliza menor o valor do preço unitário. Essa modalidade atende substancialmente clientes de pequeno porte.

A fatura para uso excedente é emitida em intervalos de 30 dias e são liquidadas por meio de débito em conta corrente ou boleto.

Em alguns casos o cliente paga antecipadamente pelo pacote anual. Quando o cliente efetua o pagamento antecipado, é reconhecido um passivo de contrato no montante pago antecipadamente por sua obrigação de disponibilização de dados/scores à clientes. A realização do passivo de contrato e reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente recebe e consome (tem acesso aos) produtos contratados. Ver item b.

b. Reconhecimento da receita

- (1) **Pacote mensal:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal (valor mínimo ou valor mínimo mais excedente).
- (2) **Pacote anual:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores/produtos efetivamente utilizados pelos clientes.
- (3) **Pacote ilimitado:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal.
- (4) **Tabela cascata:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal (preço X volume).

Para valores pré-pagos de contratos, o saldo não utilizado de dados/scores é reconhecido como receita quando não há mais direito de consumo pelo cliente.

5.13.2 Serviço de recuperação

Os serviços de recuperação englobam, substancialmente, as soluções para suportar clientes da Companhia em recuperação de dívidas, a Companhia notifica formalmente o devedor e em caso de não pagamento, torna a dívida pública.

a. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os serviços para recuperação consistem em notificar o devedor e em caso de não pagamento, tornar a dívida pública. Os serviços para recuperação são prestados a partir da aceitação do contrato pelo cliente da Companhia. O cliente contrata um determinado volume de notificações para um determinado período de tempo. Cada notificação enviada corresponde a um serviço prestado que é apurado de acordo com o volume de notificações enviadas valorizadas pelo preço contratado pelos clientes. A apuração da quantidade de serviços prestados é apurada mensalmente e a emissão da nota fiscal ocorre em intervalos de 30 dias após apuração da prestação de serviços e são liquidadas por meio de débito em conta corrente ou boleto.

b. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente é notificado (quando o cliente recebe e consome os benefícios dos serviços contratados) durante o período do contrato, com base na apuração mensal efetuada pela Companhia do volume de notificações enviadas.

5.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia utiliza uma “matriz de provisão” para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com *score* (percentual que representa o cálculo estatístico produzido internamente que considera estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor). Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente pela tesouraria da Companhia. Os percentuais de perda histórica e *scores* são revistos sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Os clientes com inadimplência inferior a 90 dias ou inadimplência superior a 90 dias, mas com probabilidade alta de recuperação, é aplicado os percentuais históricos de recuperação da Companhia. O *score* é aplicado para os clientes inadimplentes a mais de 90 dias com probabilidade baixa de recuperação.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

5.15 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão abaixo apresentadas:

IFRS 17 – Contrato de seguro. Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica a Companhia e sua controlada.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base das demonstrações financeiras;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão nos contratos de empréstimo futuros. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Novas normas ou revisadas pela primeira vez em 2020

A Companhia e sua controlada aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios. As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material. As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O pronunciamento foi revisado e traz novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e sua controlada negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto imaterial no resultado.

Outras melhorias, alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020 não tiveram impacto significativos no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

a) *Teste de redução ao valor recuperável (impairment)*

A partir de 30 de setembro de 2020, a Companhia passou a calcular o *impairment* com base no modelo do valor em uso - preço das ações negociadas na Bolsa de Valores, dada a abertura de capital. A Administração entende que o modelo de valor em uso é a melhor base para determinação do valor recuperável do intangível.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aplicava o modelo de fluxo de caixa descontado na Unidade Geradora de Caixa, para o cálculo de *impairment* que consideravam premissas como: Projeção de fluxo de caixa, projeção de geração de receitas e despesas, taxa de crescimento, custo de capital, entre outras nos orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	11	1	12	1
Bancos conta movimento	12.719	12.243	48.153	12.243
Outros ativos financeiros (*)	1.251.920	44.603	1.251.920	44.603
Total	1.264.650	56.847	1.300.085	56.847

(*) Representam aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e em fundos de renda fixa não exclusivo e compromissadas de terceiros, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 com rendimento médio em 106,80% e 68,75% do CDI, respectivamente, sem risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata.

7 Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo de contas a receber é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Clientes por serviços de informações prestados	123.696	110.209	129.849	110.209
Contas a receber - Partes Relacionadas (*)	164	133	164	133
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.848)	(3.299)	(4.033)	(3.299)
Total	120.012	107.043	125.980	107.043
Circulante	105.780	100.131	111.748	100.131
Não Circulante (**)	14.232	6.912	14.232	6.912
Total	120.012	107.043	125.980	107.043

(*) Refere-se à prestação de serviços de consulta de dados aos Acionistas.

(**) Refere-se principalmente a contrato de fornecimento de informações firmado em novembro de 2019, que tem parcelas registradas no ativo não circulante.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, e a análise da provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) estão apresentadas na tabela a seguir:

Inadimplência	Score de Recuperação de Crédito	Aging dos Títulos	Controladora					
			31.12.2020			31.12.2019		
			Taxa média de perda esperada(*)	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada	Taxa média de perda esperada	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada
		A vencer	1,43%	109.469	1.565	0,30%	89.095	270
Clientes vencidos até 90 dias	Score alto / baixo	Vencidos de 1 - 30 dias	5,32%	3.419	182	5,44%	3.916	213
		Vencidos de 31 - 60 dias	16,89%	752	127	18,01%	422	76
		Vencidos de 61 - 90 dias	27,69%	325	90	29,54%	413	122
Clientes vencidos há mais de 90 dias	Score alto		10,47%	8.923	934	11,58%	15.672	1.815
	Score baixo		97,74%	972	950	97,45%	824	803
Total				123.860	3.848		110.342	3.299

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

			31.12.2020			31.12.2019		
Inadimplência	Score de Recuperação de Crédito	Aging dos Títulos	Taxa média de perda esperada(*)	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada	Taxa média de perda esperada	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada
Clientes vencidos até 90 dias	Score alto / baixo	A vencer Vencidos de 1 - 30 dias Vencidos de 31 - 60 dias Vencidos de 61 - 90 dias	1,42% 5,31% 16,87% 27,69%	114.864 3.898 966 325	1.626 207 163 90	0,30% 5,44% 18,01% 29,54%	89.095 3.916 422 413	270 213 76 122
Clientes vencidos há mais de 90 dias	Score alto Score baixo		10,47%	8.923	934	11,58%	15.672	1.815
Total			97,69%	<u>1.037</u>	<u>1.013</u>	97,45%	<u>824</u>	<u>803</u>
				<u>130.013</u>	<u>4.033</u>		<u>110.342</u>	<u>3.299</u>

(*) A metodologia de cálculo da PECLD está descrita na nota explicativa n°. 26 (iii).

Em razão dos possíveis impactos de inadimplência derivados da pandemia do COVID-19, a Companhia revisou as métricas da PECLD (Perdas Estimativas em Créditos de Liquidação Duvidosa). Inicialmente houve um aumento da taxa média de perda esperada de títulos a vencer. No entanto, a Companhia fez negociações pontuais com os clientes vencidos que reduziu em R\$6.749 os títulos vencidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A movimentação das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	3.299	2.732	3.299	2.732
Constituição de provisão (a)	4.994	3.638	5.179	3.638
Utilização de provisão (b)	(2.685)	(2.398)	(2.685)	(2.398)
Reversão de provisão (c)	(1.760)	(673)	(1.760)	(673)
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.848</u>	<u>3.299</u>	<u>4.033</u>	<u>3.299</u>

(a) Constituição de provisão Perdas Estimativas em Créditos de Liquidação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019;

(b) Perdas incobráveis de clientes conforme nota explicativa 23;

(c) Reversão de provisões por pagamentos dos clientes.

8 Investimentos

Os investimentos da Companhia e sua controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os detalhes do investimento em controlada está a seguir apresentado:

	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Acordo Certo Participações S.A.:		
Equivalência patrimonial	35.610	-
Mais valia em investimentos	176.675	-
Goodwill em investimentos	177.915	-
Total	390.200	-

Na consolidação das demonstrações financeiras, para a controlada Acordo Certo Participações S.A., foram utilizadas as informações contábeis a partir de 21 de dezembro à 31 de dezembro de 2020 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de 10 dias de dezembro de 2020.

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimentos está descrito na nota explicativa 11 - Ágio na combinação de negócios.

Se a Acordo Certo Participações S.A. tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$33.247 e prejuízo acumulado proforma de R\$8.620. Essas informações de receita líquida e resultado foram obtidas mediante a simples agregação dos valores da empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano de 2020.

As principais informações sobre a controlada direta referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais estão demonstradas no quadro abaixo:

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receitas líquidas</u>	<u>Prejuízo Bruto</u>	<u>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</u>	<u>Prejuízo do exercício</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Investimento</u>
Controladas:									
Acordo Certo Participações S.A.	44.284	8.077	36.207	909	(46)	(768)	(745)	(745)	35.610
Total								<u><u>(745)</u></u>	<u><u>35.610</u></u>

9 Imobilizado

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Controladora						
Movimentação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática (a)	Direito de Uso de Imóvel	Total de Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.228	656	301	867	6.950	-	12.002
Adoção de IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	15.527	15.527
Aquisições	-	47	13	11	7.417	1.721	9.209
Transferências	-	(28)	28	-	-	-	-
Depreciação	(309)	(125)	(46)	(192)	(3.070)	(5.290)	(9.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	3.892	1.172	479	1.924	19.432	17.248	44.147
Depreciação acumulada	(973)	(622)	(183)	(1.238)	(8.135)	(5.290)	(16.441)
Saldo contábil líquido	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Aquisições	1.354	67	11	103	3.633	4.721	9.889
Baixas	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Depreciação	(502)	(116)	(48)	(191)	(3.366)	(2.483)	(6.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.771	501	259	598	11.307	14.196	30.632
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	5.246	874	429	1.461	17.922	21.969	47.901
Depreciação acumulada	(1.475)	(373)	(170)	(863)	(6.615)	(7.773)	(17.269)
Saldo contábil líquido	3.771	501	259	598	11.307	14.196	30.632

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

	Consolidado						
Movimentação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática (a)	Direito de Uso de Imóvel	Total de Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.228	656	301	867	6.950	-	12.002
Adoção de IFRS 16/CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	15.527	15.527
Aquisições	-	47	13	11	7.417	1.721	9.209
Transferências	-	(28)	28	-	-	-	-
Depreciação	(309)	(125)	(46)	(192)	(3.070)	(5.290)	(9.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	3.892	1.172	479	1.924	19.432	17.248	44.147
Depreciação acumulada	(973)	(622)	(183)	(1.238)	(8.135)	(5.290)	(16.441)
Saldo contábil líquido	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Saldo em 31 de dezembro de 2019							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Aquisições	1.354	67	11	103	3.633	4.721	9.889
Aquisição de controladas	449	3	148	409	532	988	2.529
Baixas	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Depreciação	(561)	(116)	(60)	(281)	(3.478)	(2.837)	(7.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.161	504	395	917	11.727	14.830	32.534
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	5.695	877	577	1.870	18.454	22.957	50.430
Depreciação acumulada	(1.534)	(373)	(182)	(953)	(6.727)	(8.127)	(17.896)
Saldo contábil líquido	4.161	504	395	917	11.727	14.830	32.534

10 Intangível

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Controladora							
Movimentação	Base de dados (a)	Marcas, direitos, patentes e outros	Software	Ágio na combinação de negócios (b)	Software e carteira de clientes identificado em combinação de negócios	Novos produtos (c)	Intangível em andamento	Total de Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2018	363.669	130	12.218	110.182	6.072	-	4.953	497.224
Aquisições	158.689	-	802	-	-	-	30.002	189.493
Transferências	-	-	747	-	-	-	(747)	-
Amortização	(137.693)	-	(4.506)	-	(2.511)	-	-	(144.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	767.802	130	22.105	110.182	27.314	-	34.208	961.741
Amortização acumulada	(383.137)	-	(12.844)	-	(23.753)	-	-	(419.734)
Saldo contábil líquido	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Saldo em 31 de dezembro de 2019	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Aquisições	102.172	-	29.377	-	-	23.164	4.685	159.398
Baixas	-	-	-	-	-	(4.702)	-	(4.702)
Transferências	-	-	20.592	-	-	8.675	(29.267)	-
Amortização	(144.415)	-	(10.125)	-	(2.514)	(2.400)	-	(159.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	342.422	130	49.105	110.182	1.047	24.737	9.626	537.249
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	771.385	130	67.296	110.182	25.129	27.137	9.626	1.010.885
Amortização acumulada	(428.963)	-	(18.191)	-	(24.082)	(2.400)	-	(473.636)
Saldo contábil líquido	342.422	130	49.105	110.182	1.047	24.737	9.626	537.249

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

Consolidado

Movimentação	Base de dados (a)	Marcas, direitos, patentes e outros	Software	Ágio na combinação de negócios (b)	Software e carteira de clientes identificado em combinação de negócios	Novos produtos (c)	Intangível em andamento	Total de Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2018	363.669	130	12.218	110.182	6.072	-	4.953	497.224
Aquisições	158.689	-	802	-	-	-	30.002	189.493
Transferências	-	-	747	-	-	-	(747)	-
Amortização	(137.693)	-	(4.506)	-	(2.511)	-	-	(144.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	767.802	130	22.105	110.182	27.314	-	34.208	961.741
Amortização acumulada	(383.137)	-	(12.844)	-	(23.753)	-	-	(419.734)
Saldo contábil líquido	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Saldo em 31 de dezembro de 2019	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Aquisições	102.172	-	29.469	-	-	23.164	4.685	159.490
Aquisição de controlada (d)	-	32.098	144.577	177.915	-	-	-	354.590
Baixas	-	-	-	-	-	(4.702)	-	(4.702)
Transferências	-	-	20.592	-	-	8.675	(29.267)	-
Amortização	(144.415)	-	(10.143)	-	(2.513)	(2.400)	-	(159.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	342.422	32.228	193.756	288.097	1.048	24.737	9.626	891.914
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	771.385	32.228	211.965	288.097	25.129	27.137	9.626	1.365.567
Amortização acumulada	(428.963)	-	(18.209)	-	(24.081)	(2.400)	-	(473.653)
Saldo contábil líquido	342.422	32.228	193.756	288.097	1.048	24.737	9.626	891.914

(a) Refere-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Companhia no qual são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações de 5 anos.

(b) Ágio decorrente da combinação de negócios. O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos incorporados de parcela cindida do patrimônio líquido da Equifax do Brasil Ltda., em 31 de maio de 2011. A aquisição teve como objetivo ampliar a base de dados sobre pessoas jurídicas, capturar sinergias e expandir a lista de serviços e soluções oferecidos, a fim de suportar as decisões dos clientes em todas as etapas do ciclo de seus negócios. O ágio é testado anualmente no nível de geração de caixa da Companhia uma vez que a Companhia é definida como a Unidade Geradora de Caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 devido a combinação de negócios na aquisição da empresa Acordo Certo Participações S.A. registramos o ágio no montante de R\$177.915 não havendo dedutibilidade fiscal até o momento da incorporação pela Companhia.

(c) Refere-se a Cadastro Positivo e produtos desenvolvidos através das *Squads* (equipes multidisciplinares) para o desenvolvimento de produtos e melhorias operacionais.

(d) Conforme CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a norma prevê que as companhias poderão realizar ajustes nas alocações dos saldos adquiridos, avaliados a valor justo durante o período de 12 meses, mediante laudo elaborado por empresa independente. Do total apresentado em “Aquisição de controlada”, o montante de R\$354.590 refere-se a aquisições do período.

Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

11 **Ágio na combinação de negócios**

A composição e a movimentação dos ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são apresentadas conforme segue:

Composição do ágio na combinação de negócios:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Equifax do Brasil Ltda	110.182	110.182
Acordo Certo Participações S.A.	177.915	-
Total	<u>288.097</u>	<u>110.182</u>

Movimentação do ágio na combinação de negócios:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	110.182	110.182
Acordo Certo Participações S.A.	177.915	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>288.097</u>	<u>110.182</u>

O ágio de R\$177.915 representa o benefício econômico futuro esperado na sinergia da combinação das operações. A Companhia tem intenção em incorporar a empresa Acordo Certo Participações S.A. somente após o pagamento da parcela complementar, portanto até a incorporação não haverá dedutibilidade fiscal.

12 **Fornecedores**

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$40.335 (R\$40.714 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$41.177 (R\$40.714 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado, refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Companhia e sua controlada, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de *software* e *hardware* e consultorias diversas, entre outros. A conta de fornecedores é um passivo financeiro classificado como custo amortizado.

13 Empréstimos e financiamentos bancários e Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos de empréstimos e financiamentos bancários e arrendamentos são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos (a)				
Bancários (i)	29.936	79.570	29.936	79.570
Arrendamentos (b)	23.208	20.750	23.983	20.750
	53.144	100.320	53.919	100.320
Circulante	34.014	75.722	34.371	75.722
Não Circulante	19.130	24.598	19.548	24.598
	53.144	100.320	53.919	100.320

a. Empréstimos e financiamentos

(i) Bancários

Operações	Período de contratação	Encargos	Controladora e Consolidado	
			31.12.2020	31.12.2019
Linha de crédito - BNDES (*)	2015	50% (Selic + 3,15% a.a.) + 50% (TJLP + 3,95% a.a.)	5.351	8.602
Capital de Giro (**)	2019/2020	CDI + 4,96% a.a.	24.585	70.968
		Total	29.936	79.570
		Total Circulante	26.412	69.160
		Total Não Circulante	3.524	10.410
		Total	29.936	79.570

(*) Em 3 de março de 2014 foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES linha de crédito no valor de R\$36.175 para investimentos em renovação tecnológica e operacional, através do programa BNDES *Prosoft*. Essa modalidade de crédito possui prazo de 72 meses, sendo que 24 meses para carência e na sequência 48 parcelas mensais. Em 19 de junho de 2015 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$10.484, em 16 de maio de 2016 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$12.001. Devido à revisão do projeto inicialmente aprovado, a Companhia não desembolsou o saldo restante da linha de crédito, não há cláusula de “*covenants*” financeiros e garantia de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios do contrato de fornecimento de informações firmado junto ao cliente Itaú Unibanco S.A. Em 14 de abril de 2020, houve uma renegociação junto ao BNDES para período de carência de seis meses para amortização de principal e pagamento de juros entre os períodos de maio de 2020 à outubro de 2020.

(**) Representam empréstimos e financiamentos para atender necessidade de caixa da Companhia. Não há cláusula de “*covenants*” financeiros. Foram cedidos direitos creditórios de clientes no montante de R\$15.100 (R\$1.320 em 31 de dezembro de 2019) e R\$7.900 em aplicações financeiras, para garantir as operações de capital de giro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O saldo do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos bancários em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	6.774
2022	3.524	3.636
Total	3.524	10.410

A movimentação dos empréstimos e financiamentos bancários é assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial em 1 de janeiro	79.570	75.536
Novos empréstimos e financiamentos	163.565	59.794
Pagamento de principal	(214.465)	(57.249)
Pagamento de juros	(10.203)	(4.626)
Juros provisionados	10.831	5.261
Custos de transações apropriados no resultado	638	854
Saldo final em 31 de dezembro	29.936	79.570

b. Arrendamentos

Operações	Encargos	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Arrendamento - Banco IBM (*)	CDI + 0,92% a.a.	2.035	6.967	2.035	6.967
Arrendamento – Direito de uso exclusivo (**)	IGPM + 5,87% a.a.	4.889	-	4.889	-
Contrato de aluguel (***)	IGPM + 3,70% a.a.	16.284	13.783	17.059	13.783
	Total	23.208	20.750	23.983	20.750
	Total Circulante	7.602	6.562	7.959	6.562
	Total Não Circulante	15.606	14.188	16.024	14.188
	Total	23.208	20.750	23.983	20.750

(*) Aquisição de *software* junto ao Banco IBM S.A. refere-se a arrendamentos.

(**) Refere-se direito de uso exclusivo de *software*.

(***) Refere-se a arrendamento dos imóveis da sede da controladora e da investida no qual está registrado na rubrica ativo de direito de uso no imobilizado.

O saldo do passivo não circulante de Arrendamentos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	3.810	-	3.810
2022	4.706	1.933	5.022	1.933
2023	3.048	2.104	3.150	2.104
2024	3.314	2.291	3.314	2.291
2025	2.794	2.494	2.794	2.494
2026	1.744	1.556	1.744	1.556
Total	15.606	14.188	16.024	14.188

A movimentação do Arrendamentos é assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial em 1 de janeiro	20.703	-	20.703	-
Novo arrendamento (*)	10.760	11.776	11.809	11.776
Reconhecimento do passivo de arrendamento pela adoção do CPC 06/(R2) / IFRS 16	-	13.510	-	13.510
Pagamento de principal	(9.573)	(5.511)	(9.991)	(5.511)
Pagamento de juros	(417)	-	(273)	-
Juros provisionados	1.735	975	1.735	975
Saldo final em 31 de dezembro	23.208	20.750	23.983	20.750

(*) Em março de 2020, a Companhia arrendou mais um andar para ampliação de suas operações em sua sede situada em Alphaville. Em maio de 2019 houve aquisição de *software* através de *leasing* junto ao Banco IBM. Em julho de 2020 foi firmado contrato junto a um fornecedor de direito de uso de exclusividade do *software*.

Em 7 de julho de 2020 foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a Deliberação 859 onde estabelece alterações no Pronunciamento Técnico – CPC 06 (R2) e que está em consonância com a aprovação do IASB – *Internacional Accounting Standards Board*.

Em atenção à Deliberação da CVM 859 e em decorrência da pandemia – COVID-19, os contratos de arrendamentos que tiveram impactos em redução e/ou suspensão de pagamentos e que em situação normal provocariam modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto devem ser tratados como pagamento variável.

A Companhia não teve impactos significativos com redução e/ou suspensão de pagamentos de arrendamentos. A Companhia teve somente redução de dois meses de valor de aluguel de parte de sua sede, tendo registrado, portanto, o montante de R\$229 como resultado financeiro.

14 Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de balanço patrimonial das debêntures emitidas estão compostas da seguinte forma:

Operação	Encargos	Controladora e Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019
Debêntures	CDI + 3,70 a.a.	190.000	190.000
Pagamento de principal		(63.333)	-
(-) Custo de emissão a apropriar		(1.787)	(2.761)
Juros sobre o principal		1.394	3.120
Total		126.274	190.359
Circulante		63.752	65.479
Não Circulante		62.522	124.880

O saldo do passivo não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	63.333
2022	63.334	63.334
Total	63.334	126.667
Custo de transação	(812)	(1.787)
Saldo final do exercício	62.522	124.880

A movimentação das debêntures é assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial em 1 de janeiro	190.359	186.786
Pagamento de principal - 3º emissão	(63.332)	-
Pagamento de juros	(8.439)	(10.872)
Juros provisionados	6.712	13.548
Custos de transações pagos	(191)	(4.846)
Custos de transações apropriados no resultado	1.165	5.743
Saldo final em 31 de dezembro	126.274	190.359

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* financeiros das debêntures. Os *covenants* da dívida exigem uma avaliação anual de conformidade, que será realizada em conjunto com os relatórios de final de exercício.

As debêntures são passivos financeiros classificados como custo amortizado.

15 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 as obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para férias e encargos	8.078	6.287	8.078	6.287
Programa de participação nos resultados	17.316	20.511	17.821	20.511
Encargos sociais	3.617	2.298	3.618	2.298
Outros	521	651	521	651
Total	29.532	29.747	30.038	29.747

16 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com os acionistas da Companhia, as quais foram realizadas em preços de mercado, dos quais os saldos entre Controladora e controlada são eliminados para fins de consolidação. Todos os saldos em aberto com essas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida nos exercícios para dívidas incobráveis ou perdas de créditos esperadas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

		Balanco Patrimonial	
		31.12.2020	31.12.2019
Associação Comercial de São Paulo	Natureza	Contas a Receber	
Contas a receber - Ativo circulante	(a)	164	133
Total		164	133

		Balanco Patrimonial	
		31.12.2020	31.12.2019
Empresa	Natureza	Fornecedores	
Neurotech Tecnologia da Informação S.A.	(b)	256	-
TMG Serviços de Gestão Ltda	(c)	242	-
Total		498	-

Empresa	Natureza	Demonstrações de Resultados			
		31.12.2020		31.12.2019	
		Receita Operacional	Custos e Despesas	Receita Operacional	Custos e Despesas
Associação Comercial de São Paulo	(a)	1.002	(853)	810	(1.483)
Neurotech Tecnologia da Informação S.A.	(b)	-	(3.131)	-	-
TMG Serviços de Gestão Ltda	(c)	-	(3.264)	-	-

- (a) Refere-se a prestação de serviços de consulta de dados.
(b) Refere-se a comissionamentos sobre vendas de parceria com a Neurotech.
(c) Refere-se a prestação de serviços por acionistas chaves da Administração da Companhia.

A Associação Comercial de São Paulo e a TMG Serviços de Gestão Ltda são acionistas da Companhia. A Neurotech Tecnologia da Informação S.A. é uma coligada da TMG.

16.1a Remuneração dos Administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo, cuja despesa foi contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Anualmente, na Assembléia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração fixa anual	4.600	4.435
Remuneração variável	6.693	895
Total da remuneração	<u>11.293</u>	<u>5.330</u>

16.1b Plano de opções de ações

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Plano de opções de ações(*)	18.062	302
Total	<u>18.062</u>	<u>302</u>

(*) Despesas relacionadas ao plano de opções de ações referente aos Administradores e Conselheiros contabilizados no resultado. Mais detalhes na nota explicativa 28.

17 Adiantamento de clientes

Refere-se aos valores pagos antecipadamente pelos clientes para a futura utilização dos serviços por um determinado período. A receita desses contratos será reconhecida conforme o uso dos produtos / serviços fornecidos.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial em 1 de janeiro	4.811	15.742	4.811	15.742
Adições	8.835	7.732	8.852	7.732
Utilização (*)	(12.278)	(18.663)	(12.278)	(18.663)
Saldo final 31 de dezembro	<u>1.368</u>	<u>4.811</u>	<u>1.385</u>	<u>4.811</u>

(*) No momento em que o cliente utilizar os serviços, a Companhia reconhecerá a receita de serviços sobre os adiantamentos de clientes.

18 Provisões e impostos a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 as provisões e impostos a pagar estão apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Obrigações tributárias (a)	27.986	31.053	29.570	31.053
Provisão para riscos tributários, civeis e trabalhistas (b)	7.246	7.568	7.246	7.568
	<u>35.232</u>	<u>38.621</u>	<u>36.816</u>	<u>38.621</u>
Circulante	4.239	12.172	5.823	12.172
Não Circulante	30.993	26.449	30.993	26.449
Total	<u>35.232</u>	<u>38.621</u>	<u>36.816</u>	<u>38.621</u>

a. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Circulante				
Pis e Cofins a recolher	372	2.772	594	2.772
Imposto de renda retido na fonte	2.421	2.192	2.426	2.192
IRPJ e CSLL a recolher	-	5.449	1.024	5.449
ISS a recolher	1.342	1.645	1.662	1.645
Outros impostos a recolher	104	114	117	114
Subtotal	<u>4.239</u>	<u>12.172</u>	<u>5.823</u>	<u>12.172</u>

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Não Circulante				
INSS sobre verbas indenizatórias (i)	4.658	4.246	4.658	4.246
ISS - Base de Pis e Cofins (ii)	11.060	9.487	11.060	9.487
Dedutibilidade SEBRAE/INCRA e FNDE (iii)	8.029	5.148	8.029	5.148
Subtotal	23.747	18.881	23.747	18.881
Total Obrigações Tributárias (a)	27.986	31.053	29.570	31.053

A Companhia discute através de processos judiciais a legalidade sobre o pagamento de certos tributos conforme descritos abaixo:

- (i) **INSS - Verbas indenizatórias**
Foi ajuizado mandado de segurança pela Companhia para (1) obter o reconhecimento da não incidência da Contribuição Social Previdenciária (INSS-parte da empresa), do SAT/RAT e das Contribuições de Terceiros (Salário Educação; INCRA e Sistema "S") sobre as seguintes verbas: a) 1/3 de férias (gozadas); b) aviso prévio indenizado; c) auxílio-doença (pagamento dos primeiros 15 dias); d) auxílio-acidente; e) férias indenizadas. As alegações do Boa Vista Serviços S.A. em relação aos outros montantes solicitados na apelação não foram concedidas e, como resultado, a sentença de primeira instância não foi revisada em relação a isso. Como não houve manifestação da decisão em relação ao 13º salário indenizado e sobre o abono de férias, foram opostos em, 13.03.2018, embargos de declaração pela Companhia, os quais ainda aguardam julgamento.

Com relação a obrigação tributária referente ao INSS sobre verbas indenizatórias houve uma mudança de classificação para perda provável na incidência das contribuições sobre o terço constitucional de férias gozadas em que o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu de forma desfavorável à Companhia por meio de Repercussão Geral nº 1.072.485.

Importante salientar que o processo específico da Companhia ainda aguarda julgamento pela Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), mas, certamente, será influenciado pelas decisões do STF. A decisão do caso concreto da Companhia ainda não tem data prevista para ocorrer.

O STF também julgou, em definitivo, a tese sobre a incidência de contribuição sobre o adicional de 10% do valor do FGTS nas demissões imotivadas em desfavor dos contribuintes, decisão tomadas no Recurso Extraordinário nº 878.313, desta forma, a classificação foi alterada para perda provável.

O STF entende que "É constitucional a contribuição social prevista no artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, tendo em vista a persistência do objeto para a qual foi instituída".

- (ii) **ISS - Base de PIS e COFINS**
Mandado de Segurança ajuizado pela Companhia para obter o reconhecimento do direito líquido e certo de excluir das bases de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, o valor correspondente ao ISS devido pela Companhia, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário em questão, tendo em vista que sobre a parcela de ISS não pode incidir as contribuições sociais que tenham como base de cálculo o faturamento, pois o imposto não é faturamento nem receita bruta da empresa, que simplesmente arrecada e recolhe o tributo. Atualmente, os autos encontram-se sobrestados em razão do RE nº 592.616, com repercussão geral reconhecida, para a análise específica quanto à exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (iii) **Dedutibilidade - SEBRAE, INCRA e FNDE**
Mandado de Segurança impetrado pela Companhia com o objetivo de ter reconhecida a inconstitucionalidade das Contribuições ao INCRA; Contribuição ao SEBRAE e Contribuição ao FNDE (Salário-educação), haja vista a impossibilidade de que sejam calculadas sobre a folha de salários, por vedação expressa do texto da Constituição Federal, alterado pela EC 33/2001.

Em 23.05.2019 Certificado o trânsito em julgado da decisão que julgou prejudicado o Agravo interposto pela Boa Vista. Em 24.05.2019 os autos foram arquivados definitivamente.

A possibilidade de perda foi alterada de “possível” para “provável” de acordo com nossos assessores jurídicos em virtude (i) da tese fixada no julgamento do RE 603.624/SC, nos termos do acórdão publicado em 13.01.2021, em que, por maioria, os Ministros do STF reputaram ser constitucional a contribuição destinada ao SEBRAE, apesar das alterações promovidas pela EC nº 33/2001 no texto do art. 149, da CF/88, bem como (ii) da aplicação, por analogia, do mesmo entendimento às contribuições ao INCRA (RE 630.898/RS) e ao FNDE, cuja discussão está baseada no mesmo argumento apreciado e refutado pelo Plenário do STF. Dado que a Companhia sempre provisionou os valores recolhidos judicialmente, não houve nenhum impacto financeiro dada alteração da probabilidade de perda desse processo.

Abaixo as movimentações das obrigações tributárias sob discussão judicial:

Controladora e Consolidado				
	INSS - Verbas indenizatórias	ISS - Base de Pis e Cofins	Dedutibilidade - Sebrae / Incra / FNDE	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	4.246	9.487	5.148	18.881
Adições de Principal	309	1.321	2.704	4.334
Adições de juros	103	252	177	532
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.658	11.060	8.029	23.747

b. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações.

A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

Controladora e Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2019
Cíveis (i)	3.546	3.086
Tributárias (ii)	781	769
Trabalhistas (iii)	2.919	3.713
Total	7.246	7.568
Não Circulante	7.246	7.568

(i) Provisões para riscos cíveis

A maioria das ações cíveis são decorrentes de processos levantados contra a Companhia nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, requerendo indenizações por danos morais pelo suposto não-envio da notificação prévia prevista pelo artigo 43, parágrafo 2º da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor pela Companhia. Na maioria dessas ações, a empresa comprova o envio de tal notificação obtendo êxito na ação judicial.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão cível apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

(ii) Provisões para risco tributário

Despacho Decisório referente a homologação parcial pela Receita Federal, sob compensação de tributos federais retidos na fonte referente a emissão de notas fiscais, para o pagamento de IRPJ e CSLL do período compreendido entre janeiro de 2011 à dezembro de 2011, declarada através de PERDCOMP.

(iii) Provisões para risco trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas cuja natureza dos principais pedidos são de horas-extras e equiparação salarial. A Companhia também possui processos judiciais trabalhistas de prestadores de serviços terceirizados nos quais a Companhia tem responsabilidade conjunta é subsidiária no processo.

Abaixo as movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora e Consolidado			
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	3.086	769	3.713	7.568
Adições	7.416	-	(101)	7.315
Pagamentos	(6.956)	-	(693)	(7.649)
Atualização de juros e multas	-	12	-	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.546</u>	<u>781</u>	<u>2.919</u>	<u>7.246</u>

(iv) Passivos contingentes possíveis

Não houve alterações significativas a respeito do andamento dos processos judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais classificadas com riscos de perda possível, no montante totalizado em R\$66.584 em 31 de dezembro de 2020 (31 de dezembro de 2019 – R\$61.831).

1. Amortização de ágio fiscal

Em razão de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2015, a Companhia discute a dedutibilidade do IRPJ e CSLL referente a amortização do ágio de incorporação originado do acervo patrimonial vertido da aquisição da Equifax do Brasil Ltda. (R\$25.212) e amortização de base de dados originado do acervo patrimonial vertido pelo aumento de capital integralizado pela Associação Comercial de São Paulo (R\$16.249). O valor atualizado (Selic) do auto de infração é de R\$44.006. A Companhia apresentou impugnação dentro do prazo legal, foi avaliado pela Delegacia de Julgamento correspondente, que julgou procedente na parte da base de dados adquirido pela Associação Comercial de São Paulo. Atualmente está aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. De acordo com o julgamento da administração amparada pela opinião dos advogados, a probabilidade de êxito da discussão é considerada "possível" e, por esse motivo, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

2. Execução fiscal ISS Municipal de Campinas

Execução Fiscal decorrente do auto infração nº 002298/2013, ajuizada pela Fazenda Pública do Município de Campinas contra a Boa Vista Serviços S.A. para a cobrança de débitos relativos ao ISS sobre a prestação de serviços nos períodos compreendidos entre 01/06/2011 e 31/05/2013 a clientes localizados no Município de Campinas. O impacto financeiro em caso de perda do processo é de R\$1.746.

3. Execução fiscal ISS Municipal de São Paulo

Trata-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo para veicular a exigência de valores referentes ao suposto recolhimento a menor realizado pela Impugnante, relativos ao ISS incidente sobre a atividade de emissão de certificados digitais, bem como multa pelo descumprimento de obrigação acessória, relativa à suposta incorreção na emissão de notas fiscais eletrônicas. O impacto financeiro em caso de perda do processo é de R\$3.975.

4. Contingências trabalhistas

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$3.927 (31 de dezembro de 2019 – R\$1.200), cujo risco de perda foi classificado como “possível” na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2020.

(v) **Depósitos Judiciais**

A Companhia concedeu garantias aos processos de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Contingências cíveis (a)	5.601	1.732
Contingências trabalhistas	2.213	1.887
Passivos tributários (b)	7.833	5.018
Total	15.647	8.637

- (a) A Companhia realizou o depósito judicial referente ao processo em andamento no Tribunal de Justiça de São Paulo no montante de R\$4.190 por desacordo de cláusulas contratuais de fornecedor.
- (b) Foram realizados depósitos judiciais referente ao Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de ter reconhecida a inconstitucionalidade das Contribuições ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Contribuição ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Contribuição ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Seguro Garantia

Em 2017, a Companhia realizou um seguro garantia com limite de cobertura no montante de R\$2.401, referente a Execução Fiscal do Município de Campinas decorrente do auto infração nº 002298/2013, ajuizada pela Fazenda Pública do Município de Campinas contra a Boa Vista Serviços S.A.

Em 30 de junho de 2020, a apólice de seguro garantia no montante de R\$3.694 foi renovada, com gasto total de R\$8 com permanência de vigência inalterada até 10/07/2024, referente aos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, relativos ao suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre a atividade de emissão de certificados digitais, bem como multa pelo descumprimento de obrigação acessória.

Essas cobranças tributárias foram questionadas em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia perante o Fórum da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era composto por 520.797.860 ações ordinárias nominativas emitidas, escriturais e sem valor nominal (373.605.000 em 31 de dezembro de 2019).

	2020	2019
Saldo início do exercício	202.129	202.129
Aumento de capital - IPO - 28/09/2020	1.016.667	-
Aumento de capital - Green Shoe - 09/10/2020	283.010	-
Aumento de capital - Exercício Bônus de Subscrição - a 06/11 a 11/11/2020 (*)	136.252	-
Saldo final do exercício	1.638.058	202.129

	Quantidade de ações	
	2020	2019
Saldo início do exercício	373.605.000	373.605.000
Aumento de capital - IPO - 28/09/2020	83.333.333	-
Aumento de capital - Green Shoe - 09/10/2020	23.197.527	-
Aumento de capital - Exercício Bônus de Subscrição - a 06/11 a 11/11/2020 (*)	40.662.000	-
Saldo final do exercício	520.797.860	373.605.000

(*) Os acionistas que exerceram o bônus de subscrição foram: Associação Comercial de São Paulo (25.182.000 ações), Associação Comercial do Paraná (570.000 ações) e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL POA (342.000 ações). Esse aumento de capital foi ratificado em Reunião do Conselho de Administração em 30 de novembro de 2020. O acionista TMG II Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia exerceu seu direito de bônus de subscrição totalizando a quantidade de 14.568.000 ações, ratificado em Reunião do Conselho de Administração em 6 de novembro de 2020.

b. Gastos com oferta pública de ações

Os gastos com oferta pública de ações, suportados pela Companhia, incorridos na captação dos recursos, totalizaram R\$70.514 e foram contabilizados em conta redutora do Capital Social, de forma destacada no Patrimônio líquido, conforme deliberação da CVM nº 649/10 e determinação do CPC 08(R1). O montante de R\$1.018 encontra-se registrado no passivo circulante.

c. Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Os bônus foram exercidos por todos os acionistas participantes do aumento de capital conforme mencionado na item a, exceto por um acionista, pelo mesmo preço do referido aumento de capital R\$60.002 corrigidos pelo IPCA até a data da integralização, sendo que em 23 de setembro de 2020 expirou-se o prazo de exercício.

Ágio na subscrição de ações

Em 2012, a Companhia adquiriu a Equifax do Brasil Ltda. através de um montante pago em ações próprias que representaram 15% de participação no seu capital. O valor justo dos instrumentos patrimoniais transferidos para o adquirido foi de R\$128.250 maior que o valor contábil. Além disso, a subsequente incorporação da Equifax do Brasil Ltda. aumentou a reserva em R\$8.080 em 31 de maio de 2011.

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

e. Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembléia. O dividendo mínimo proposto é conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício	46.677	74.432
Reserva legal - 5%	(2.334)	(3.722)
Aplicação inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16	-	(1.053)
Base de cálculo para dividendos mínimo obrigatórios	44.343	69.657
Pagamento de dividendos intermediários do exercício	-	(49.120)
Proposta dividendos complementar do exercício	-	(20.537)
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	(11.086)	-

20 Impostos de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.547)	(30.421)	(18.623)	(30.421)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:				
Diferenças Temporárias	3.213	2.186	3.213	2.186
Compensação de prejuízos fiscais	-	(10.754)	-	(10.754)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>3.213</u>	<u>(8.568)</u>	<u>3.213</u>	<u>(8.568)</u>
Total de imposto de renda das operações	<u>(15.334)</u>	<u>(38.989)</u>	<u>(15.410)</u>	<u>(38.989)</u>

b. Reconciliação de despesas fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	62.011	113.421	62.087	113.421
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(21.084)	(38.563)	(21.110)	(38.563)
(Adições) exclusões permanentes:				
Incentivos fiscais (a)	1.942	1.863	1.942	1.863
Despesa de antecipação de <i>vesting</i> Plano de Opções	(15.640)	-	(15.640)	-
Gastos com emissão de ações (b)	23.629	-	23.629	-
Outras adições e exclusões não dedutíveis	(4.205)	(2.313)	(4.255)	(2.313)
Outros	24	24	24	24
Total Imposto de renda e contribuição social	(15.334)	(38.989)	(15.410)	(38.989)
Alíquota efetiva corrente	-29,91%	-26,82%	-30,00%	-26,82%
Alíquota efetiva total	24,73%	34,38%	24,82%	34,38%

(a) Refere-se a “Lei do Bem” e Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

(b) Foi reconhecido o crédito tributário em 31.12.2020 representando o saldo de R\$16.352 na rubrica Impostos a Recuperar no qual será utilizado durante o exercício de 2021.

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora e Consolidado			
	Saldos em	Reconhecido no resultado		Saldos em
	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2020
Provisões diversas (i) e receitas diferidas	22.203	8.128	(4.689)	25.642
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos	22.203	8.128	(4.689)	25.642
Amortização da carteira de cliente (Equifax) (ii) e receitas a faturar	(2.851)	-	715	(2.136)
Arrendamentos	(407)	(942)	-	(1.349)
Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos	(3.258)	(942)	715	(3.485)
Ativo diferido líquido	18.945	7.186	(3.974)	22.157

- (i) Refere-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.
- (ii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda.

Prazo de realização dos impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de diferenças temporárias e serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. A expectativa da Administração é de que o valor total dos impostos diferidos ativos seja realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

21 Segmento operacional

A Companhia possui apenas um segmento operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

O seguinte resumo descreve os produtos do segmento reportável da Companhia:

(a) Segmento de serviços para decisão e recuperação

Os principais serviços prestados para decisão e recuperação encontram-se relacionados abaixo:

(i) *Serviços para Decisão*

Produtos que englobam as Soluções da Companhia oferecidas para suportar empresas e consumidores em sua relações de negócio que envolvem algum tipo de risco. Os produtos de serviços para Decisão são:

a. *Soluções Analíticas*

Portifólio de produtos foco de venda da Companhia. Além dos dados apresentados nos relatórios de risco, disponibiliza soluções analíticas baseadas em modelos estatísticos para auxiliar empresas a tomarem decisões de negócio mais assertivas e eficientes.

b. *Relatórios de Risco*

Portifólio de produtos legado. Relatórios com dados cadastrais, demográficos e restritivos, para auxiliar empresas na tomada de decisão de negócios.

c. *Soluções de Marketing*

Portifólio de produtos para auxiliar empresas a identificar novos clientes e rentabilizar sua carteira. Disponibilizamos soluções com inteligência analítica para suportar empresas a identificar clientes com o perfil mais adequado ao seu *target*.

d. *Soluções para o Consumidor*

Soluções para suportar o próprio consumidor a gerenciar sua vida financeira. Em caso de consultas ou inclusão de débitos, o consumidor é notificado.

(ii) Serviços de Recuperação

Produtos que englobam as Soluções da Companhia para suportar empresas na recuperação de dívidas. Os produtos de recuperação de serviços são:

a. Soluções Digitais

Portifólio de produtos foco de venda da Companhia. Soluções eficientes para gestão das carteiras inadimplentes dos credores e envio de comunicação de cobrança aos devedores por veículos digitais, como SMS e e-mail.

b. Soluções Impressas e Relatórios

Envio de carta impressa para cobrança de devedores e relatórios com histórico de débitos dos consumidores.

Segmentos Geográficos

A Companhia não auferiu receitas no exterior nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Maior Cliente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 as receitas pertencentes a um grupo econômico representaram 16,1% (2019 – 14,7%), respectivamente, do total da receita líquida de serviços da Companhia. Não há outros clientes que representem mais que 10% da receita total nos exercícios.

22 Receita líquida de serviços

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receita bruta de serviços	709.886	745.738	710.881	745.738
Impostos sobre serviços (Pis / Cofins / ISS)	<u>(80.496)</u>	<u>(83.875)</u>	<u>(80.582)</u>	<u>(83.875)</u>
Total	<u>629.390</u>	<u>661.863</u>	<u>630.299</u>	<u>661.863</u>

Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes por principais linhas de serviços e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com o segmento reportável da Companhia.

<i>Em milhares de Reais</i>	Controladora		Consolidado	
Para os exercícios findos	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Principais produtos / linhas de serviços				
Serviços para Decisão				
Soluções Analíticas	333.752	280.406	333.752	280.406
Relatórios de risco	156.736	201.384	156.736	201.384
Soluções de marketing	38.220	46.814	38.220	46.814
Soluções para o consumidor	637	1	1.546	1
Serviços de Recuperação				
Soluções Digitais	45.359	35.970	45.359	35.970
Soluções impressas e relatórios	54.686	97.288	54.686	97.288
	629.390	661.863	630.299	661.863
Tempo de reconhecimento de receita				
Serviços transferido em momento específico no tempo	629.390	661.863	630.299	661.863
Receita de contratos com clientes	629.390	661.863	630.299	661.863
Receita conforme reportado na nota 22	629.390	661.863	630.299	661.863

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes para prestação de serviços de decisão. Em 31 de dezembro de 2020, o valor dos adiantamentos de clientes é de R\$1.368 (31 de dezembro de 2019 - R\$4.811) que será reconhecido como receita à medida que os serviços sejam utilizados pelo cliente. O montante de R\$12.278 (R\$18.663 em 31 de dezembro de 2019) foi reconhecido como receita no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conforme nota explicativa nº 17.

Sazonalidade das operações

A Companhia não está sujeita a flutuações sazonais significativas em suas receitas.

23 Custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos a abertura analítica dos saldos de custo dos serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, por natureza:

	Controladora							
	31.12.2020				31.12.2019			
	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Comunicados	(38.863)	-	-	(38.863)	(67.766)	-	-	(67.766)
Outros Custos Variáveis	(9.811)	-	-	(9.811)	(7.091)	-	-	(7.091)
Pessoal	(49.726)	(28.154)	(51.628)	(129.508)	(50.913)	(30.220)	(55.582)	(136.715)
Remuneração de parceiros de vendas	-	(9.016)	-	(9.016)	-	(15.982)	-	(15.982)
Prestação de Serviços	(58.245)	(1.842)	(9.648)	(69.735)	(53.435)	(1.315)	(6.969)	(61.719)
Manutenção	(30.682)	(393)	(3.530)	(34.605)	(28.658)	(708)	(2.600)	(31.966)
Consultoria, Auditoria e Assessoria	(25)	(54)	(10.506)	(10.585)	(1.380)	(65)	(7.408)	(8.853)
Legais	-	-	(16.904)	(16.904)	-	(2)	(17.928)	(17.930)
Propaganda & Promoção	(99)	(2.236)	(1.904)	(4.239)	(114)	(2.254)	(1.272)	(3.640)
Prediais & Utilidades	(2.533)	(683)	(3.433)	(6.649)	(2.666)	(1.477)	(4.182)	(8.325)
Telefone	(1.964)	(241)	(225)	(2.430)	(3.676)	(304)	(51)	(4.031)
Viagem, Locomoção e Diárias	(43)	(581)	(236)	(860)	(156)	(2.089)	(469)	(2.714)
Televendas	9	(1.638)	(2)	(1.631)	97	(3.435)	-	(3.338)
Call Center	(294)	19	(2.255)	(2.530)	(102)	-	(1.597)	(1.699)
Perdas incobráveis de clientes	-	-	(2.685)	(2.685)	-	-	(2.398)	(2.398)
Depreciação & Amortização	(153.584)	-	(6.447)	(160.031)	(142.764)	-	(5.937)	(148.701)
Outros	(58)	(796)	(6.309)	(7.163)	(130)	(1.182)	(627)	(1.939)
Total	(345.918)	(45.615)	(115.712)	(507.245)	(358.754)	(59.033)	(107.020)	(524.807)

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

	31.12.2020				31.12.2019			
	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Comunicados	(39.818)	-	-	(39.818)	(67.766)	-	-	(67.766)
Outros Custos Variáveis	(9.811)	-	-	(9.811)	(7.091)	-	-	(7.091)
Pessoal	(49.726)	(28.154)	(51.629)	(129.509)	(50.913)	(30.220)	(55.582)	(136.715)
Remuneração de parceiros de vendas	-	(9.017)	-	(9.017)	-	(15.982)	-	(15.982)
Prestação de Serviços	(58.245)	(1.842)	(9.862)	(69.949)	(53.435)	(1.315)	(6.969)	(61.719)
Manutenção	(30.682)	(393)	(3.530)	(34.605)	(28.658)	(708)	(2.600)	(31.966)
Consultoria, Auditoria e Assessoria	(25)	(54)	(10.529)	(10.608)	(1.380)	(65)	(7.408)	(8.853)
Legais	-	-	(16.904)	(16.904)	-	(2)	(17.928)	(17.930)
Propaganda & Promoção	(99)	(2.552)	(1.904)	(4.555)	(114)	(2.254)	(1.272)	(3.640)
Prediais & Utilidades	(2.533)	(683)	(3.442)	(6.658)	(2.666)	(1.477)	(4.182)	(8.325)
Telefone	(1.964)	(241)	(225)	(2.430)	(3.676)	(304)	(51)	(4.031)
Viagem, Locomoção e Diárias	(43)	(581)	(236)	(860)	(156)	(2.089)	(469)	(2.714)
Televendas	9	(1.638)	(2)	(1.631)	97	(3.435)	-	(3.338)
Call Center	(294)	19	(2.255)	(2.530)	(102)	-	(1.597)	(1.699)
Perdas incobráveis de clientes	-	-	(2.685)	(2.685)	-	-	(2.398)	(2.398)
Depreciação & Amortização	(153.584)	-	(6.461)	(160.045)	(142.764)	-	(5.937)	(148.701)
Outros	(58)	(795)	(6.313)	(7.166)	(130)	(1.182)	(627)	(1.939)
Total	(346.873)	(45.931)	(115.977)	(508.781)	(358.754)	(59.033)	(107.020)	(524.807)

24 Resultado Financeiro

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receitas financeiras:				
Descontos obtidos	473	332	473	332
Juros e multas	1.182	829	1.182	829
Rendimentos sobre aplicações	7.724	4.776	7.748	4.776
Ajuste a valor presente (*)	1.141	-	1.141	-
Outras receitas financeiras	46	112	46	112
Total receitas financeiras	<u>10.566</u>	<u>6.049</u>	<u>10.590</u>	<u>6.049</u>
Despesas financeiras:				
Descontos concedidos	(520)	(449)	(520)	(449)
Juros e multas passivos	(122)	(35)	(122)	(35)
Com arrendamento mercantil	(1.735)	(1.355)	(1.741)	(1.355)
Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida	(9.204)	(6.856)	(9.204)	(6.856)
Encargos financeiros sobre debêntures	(11.207)	(19.369)	(11.207)	(19.369)
Outras despesas financeiras	(762)	(1.053)	(767)	(1.053)
Total despesas financeiras	<u>(23.550)</u>	<u>(29.117)</u>	<u>(23.561)</u>	<u>(29.117)</u>
Resultado financeiro	<u>(12.984)</u>	<u>(23.068)</u>	<u>(12.971)</u>	<u>(23.068)</u>

(*) Ajuste a valor presente refere-se ao contas a receber não circulante conforme nota explicativa 7.

25 Lucro por ação básico e diluído

(i) Lucro do exercício básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	46.677	74.432	46.677	74.432
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro líquido básico por ação	520.797.860	520.797.860	520.797.860	520.797.860
Lucro líquido básico por ação - R\$	<u>0,09</u>	<u>0,14</u>	<u>0,09</u>	<u>0,14</u>

(ii) Lucro do exercício diluído

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Lucro líquido do exercício	46.677	74.432	46.677	74.432
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação	520.797.860	520.797.860	520.797.860	520.797.860
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações (a)	11.292.000	11.292.000	11.292.000	11.292.000
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>532.089.860</u>	<u>532.089.860</u>	<u>532.089.860</u>	<u>532.089.860</u>
Lucro líquido por ação diluído - R\$	<u>0,09</u>	<u>0,14</u>	<u>0,09</u>	<u>0,14</u>

- (a) A quantidade utilizada para potencial incremento nas ações ordinárias é referente a quantidade das opções vestidas do plano de *Stock Option* da Companhia, considerando os beneficiários ativos do plano e quantidade máxima de bônus por acionista.

26 Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo o nível de hierarquia do valor justo.

	Controladora				Consolidado				
	31.12.2020			Valor justo	31.12.2020			Valor justo	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	
Ativos, conforme balanço patrimonial									
Caixa e equivalente de caixa	6	1.264.650	-	1.264.650	1.264.650	1.300.085	-	1.300.085	1.300.085
Contas a receber	7	-	120.012	120.012	-	-	125.980	125.980	-
Total		1.264.650	120.012	1.384.662	1.264.650	1.300.085	125.980	1.426.065	1.300.085

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

		Controladora				Consolidado			
		31.12.2020			31.12.2020				
		Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo
Passivo, conforme balanço patrimonial									
Fornecedores	12	-	40.335	40.335	-	-	41.177	41.177	-
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	13 e 14	-	179.418	179.418	-	-	180.193	180.193	-
Obrigações por aquisição de investimento	5.8.1	-	320.445	320.445	-	-	320.445	320.445	-
Dividendos a pagar	19.b)	-	11.086	11.086	-	-	11.086	11.086	-
Total		-	551.284	551.284	-	-	552.901	552.901	-

		Controladora				Consolidado			
		31.12.2019			Valor justo	31.12.2019			Valor justo
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos, conforme balanço patrimonial									
Caixa e equivalente de caixa	6	56.847	-	56.847	56.847	56.847	-	56.847	56.847
Contas a receber	7	-	100.131	100.131	-	-	100.131	100.131	-
Total		56.847	100.131	156.978	56.847	56.847	100.131	156.978	56.847

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020*

		Controladora				Consolidado				
		31.12.2019			Valor justo	31.12.2019			Valor justo	
		Passivos a valor justo por meio do resultado	Custos amortizados	Total	Nível 2	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custos amortizados	Total	Nível 2	
Passivo, conforme balanço patrimonial										
	Fornecedores	12	-	40.714	40.714	-	-	40.714	40.714	-
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13 e 14	-	290.679	290.679	-	-	290.679	290.679	-
	Empréstimos, Financiamentos e Derivativos		299	-	299	299	299	-	299	299
	Dividendos a pagar	19.b)	-	20.537	20.537	-	-	20.537	20.537	-
	Total		299	351.930	352.229	299	299	351.930	352.229	299

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco de crédito.

(i) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de variação cambial.

Risco de taxa de juros

Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia mantém na sua maioria os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos bancários são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou CDI.

Análise de sensibilidade (Risco de mercado)

A Companhia preparou uma sensibilidade para demonstrar o impacto das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e debêntures. Os instrumentos financeiros passivo foram desagregados em dívidas remuneradas pelo CDI/Selic e dívidas remuneradas à taxa de juros de longo prazo – TJLP.

Em 31 de dezembro de 2020, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2021 conforme segue: (i) a taxa do CDI/Selic em 3,50% a.a., com base na projeção do Banco Central do Brasil; a taxa TJLP em 4,03% a.a. com base nas informações divulgadas pelos dois maiores bancos do Brasil.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade sobre o impacto no resultado da variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Controladora e Consolidado						
Operação	Exposição em 31.12.2020	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Risco de taxa de juros						
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1.300.085	Baixa do CDI	3,50%	45.503	56.879	68.254
Debêntures	(126.274)	Alta do CDI	3,50%	(4.420)	(5.524)	(6.629)
Empréstimos/Arrendamentos em moeda local	(24.585)	Alta do CDI	3,50%	(860)	(1.076)	(1.291)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	(5.351)	Alta da TJLP	4,03%	(215)	(269)	(323)
Exposição líquida e impacto do risco de taxa de juros	1.143.875			40.008	50.010	60.011

A Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Companhia.

Dentre as alternativas para mitigação do risco de liquidez, estão: captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, reestruturação de dívidas e, se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiro e os ativos financeiros que utilizamos no gerenciamento do risco de liquidez. Os passivos financeiros incluem os valores brutos e não descontados de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período:

	Controladora				
	31.12.2020				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 4 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.264.650	1.264.650	1.264.650	-	-
Contas a receber	120.012	120.012	105.780	14.232	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	(40.335)	(40.335)	(40.335)	-	-
Obrigações por aquisição de investimento	(320.445)	(320.445)	(4.500)	(315.945)	-
Empréstimos, financiamentos	(29.936)	(31.293)	(27.698)	(3.594)	-
Debêntures	(126.274)	(141.131)	(74.465)	(66.666)	-
Dividendos a pagar	(11.086)	(11.086)	(11.086)	-	-
	856.586	840.372	1.212.346	(371.973)	-
Arrendamentos	(23.208)	(23.208)	(7.602)	(11.068)	(4.538)
	833.378	817.164	1.204.744	(383.041)	(4.538)

	Consolidado				
	31.12.2020				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 4 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.300.085	1.300.085	1.300.085	-	-
Contas a receber	125.980	125.980	111.748	14.232	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	(41.177)	(41.177)	(41.177)	-	-
Obrigações por aquisição de investimento	(320.445)	(320.445)	(4.500)	(315.945)	-
Empréstimos, financiamentos	(29.936)	(31.293)	(27.698)	(3.594)	-
Debêntures	(126.274)	(141.131)	(74.465)	(66.666)	-
Dividendos a pagar	(11.086)	(11.086)	(11.086)	-	-
	897.147	880.933	1.252.907	(371.973)	-
Arrendamentos	(23.983)	(23.983)	(7.959)	(11.486)	(4.538)
	873.164	856.950	1.244.948	(383.459)	(4.538)

(iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes.

O gerenciamento do risco de crédito se dá pelo próprio modelo operacional da Companhia, no qual a imensa maioria das vendas é realizada na modalidade de venda a prazo com exíguo prazo para pagamento e o restante é realizado através de pagamento antecipado. Ainda assim são feitas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como são adotadas formas eficazes de cobrança. A concessão de crédito pela Companhia é feita seguindo critérios definidos com base em modelos estatísticos - *score*, combinados com informações internas própria do nosso negócio, assim como informações internas, cadastrais ou comportamentais dos consumidores, sendo esses modelos periodicamente revisados com base nos índices de perdas históricas das safras de concessão da carteira.

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento, ver nota explicativa 7.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas (revisadas pelos impactos do COVID-19) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, referentes a contas a receber, veja nota explicativa 7.

Equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas, instituições financeiras de primeira linha, e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Gestão de Capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimo e financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Controladora e sua controlada são compostos das seguintes formas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa n° 7)	(1.264.650)	(56.847)	(1.300.085)	(56.847)
(+) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (nota explicativa n° 13 e 14)	499.863	290.679	500.638	290.679
Endividamento líquido	(764.787)	233.832	(799.447)	233.832
Total do patrimônio líquido	1.797.950	350.944	1.797.950	350.944
Índice de endividamento líquido	-42,54%	66,63%	-44,46%	66,63%

27 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 11 de setembro de 2020, a Companhia assinou o contrato de seguro de responsabilidade civil de Administradores, diretores e/ou conselheiros – D&O com condição especial de garantia de oferta pública de valores mobiliários, com vigência de 12 meses.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$60.560, para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais seguros contratados são:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância Segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	75.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval, fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo, alagamento e inundação)	60.560
Lucros cessantes	13.200

28 Plano de opção de compra de ações

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Companhia, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Companhia, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Companhia, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia. O Plano contempla 43 colaboradores sendo 23 colaboradores em 30 de dezembro de 2020.

Abaixo as datas das 8 outorgas realizadas do início do plano até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

<u>Outorga</u>	<u>Mês</u>	<u>Ano</u>
1ª	Fevereiro	2012
2ª	Mai	2018
3ª	Agosto	2018
4ª	Outubro	2018
5ª	Março	2019
6ª	Setembro	2019
7ª	Novembro	2019
8ª	Agosto	2020

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Companhia, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. A liquidação das opções é por meio de instrumentos patrimoniais.

O período de “*vesting*” para todas as outorgas é:

- 1º ano aquisição de 5% dos direitos
- 2º ano aquisição de 10% dos direitos
- 3º ano aquisição de 15% dos direitos

- 4º ano aquisição de 20% dos direitos
- 5º ano aquisição de 25% dos direitos
- 6º ano aquisição de 25% dos direitos

Em decorrência da abertura de capital da Companhia, e em consonância com a deliberação da AGE de 10 de dezembro de 2019 que aprovou que, na hipótese de o evento de liquidez ser uma oferta pública inicial de ações, o prazo de carência das opções outorgadas estaria automaticamente antecipado, de modo que 100% das opções outorgadas tornaram-se vestidas e exercíveis, a Companhia registrou em 30 de setembro de 2020 o montante de R\$45.856 referente a antecipação de *vesting* das opções outorgadas e ainda não vestidas na data. Esse lançamento tem caráter não recorrente totalmente atrelado à oferta pública de ações.

Além disso, na mesma AGE aprovou a criação de janelas de tempo para exercício das opções (sendo elas pelo período mínimo de 20 dias e duas vezes ao ano), sendo a primeira janela somente após 6 meses após o processo de abertura de capital.

Abaixo a movimentação dos saldos de *stock options*:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	4.014	3.796
Adições	144	259
Antecipação de <i>Vesting</i>	45.856	-
Baixas	-	(41)
Saldo final	50.014	4.014

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Preço médio do exercício por ação- reais	Qtde de opções	Preço médio do exercício por ação- reais	Qtde de opções
Saldo inicial	4,44	5.646.000	4,02	4.086.000
Concedidas	5,81	5.646.000	5,24	1.902.000
Canceladas	-	-	3,90	(342.000)
Saldo final	5,13	11.292.000	4,44	5.646.000

Das 11.292.000 mil opções em aberto (5.646.000 mil opções em 31/12/2019), todas as opções são exercíveis (3.506.317 mil opções em 31 de dezembro de 2019), decorrente da antecipação de *vesting* atreladas ao evento de liquidez.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$7,30 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo das concessões referentes ao exercício findo em em 31 de dezembro de 2020 foram: preço médio ponderado da ação de R\$12,20 na data da concessão, preço médio do exercício apresentado acima, volatilidade de 35,26%, rendimento de dividendos de 1,12%, uma vida esperada da opção correspondente a 10 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 4,70%. A volatilidade foi mensurada utilizando o histórico do EBITDA trimestral da Companhia. O período de análise para as volatilidades considera a expectativa de tempo de exercício de cada opção de compra. A volatilidades foram anualizadas. Ver Nota 16.1.b para informações sobre a despesa total reconhecida na demonstração do resultado para opções de compra de ações concedidas aos Administradores.

Na AGE de 10 de dezembro de 2019 citada acima, a Companhia também aprovou o Plano de Outorga de Ações Restritas. O plano tem por objetivo conceder aos beneficiários selecionados pelo Comitê a oportunidade de receber Ações Restritas, de modo a promover: (a) a retenção dos Beneficiários; (b) o comprometimento de longo prazo dos Beneficiários e o fortalecimento da cultura de meritocracia, e (c) o alinhamento de interesse entre os Beneficiários e os acionistas da Companhia. Nos termos do art. 125 do Código Civil brasileiro a eficácia do plano está condicionada a liquidação do processo de abertura de capital da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não houve outorga por parte da Companhia.

29 Transações não envolvendo caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Ativo:		
Aquisição de intangível	23.983	5.070
Investimentos	320.445	-
Passivo:		
Fornecedores	-	(5.070)
Arrendamentos a pagar	(23.983)	-
Gasto com emissão de ações a pagar	(1.018)	-
Obrigações por aquisição de investimento	(320.445)	-
Dividendos a pagar	(11.086)	(20.537)

30 Outros assuntos

a) Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/N.º 01/2021 Sobre créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos

Com base no julgamento do Recurso Especial (REsp.)1.221.170/PR pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que definiu o conceito de insumos para fins de cálculo dos créditos de PIS e COFINS, a partir da aplicação dos critérios da essencialidade ou relevância dos gastos para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte, bem como devido ao fato da Receita Federal ter atualizado seu entendimento sobre o tema com a edição do Parecer Normativo COSIT/RFB nº 5/2018.

A Companhia reavaliou todos os gastos essenciais à sua prestação de serviço, o que resultou na apropriação de créditos de PIS e COFINS no montante de R\$3.462 registrados na rubrica de “Impostos a recuperar” em 31 de dezembro de 2020. Esses impostos a recuperar são relativos principalmente aos gastos essenciais relativos a custos com licenciamento de *softwares*, comissão de representantes e televendas. Esses gastos foram avaliados pela Companhia, amparada por assessores especialistas e se enquadram no conceito de insumo considerando as especificidades das operações da Boa Vista.

Durante o exercício de 2020 a Companhia utilizou o montante total de R\$9.735 referente a crédito de PIS e COFINS.

b) Impostos a recuperar sobre gastos com emissão de ações

Em decorrência da abertura de capital, os gastos com emissões de ações geraram um crédito tributário de IRPJ e CSLL no montante de R\$23.629, dos quais basicamente R\$16.352 estão registrados na rubrica "Impostos a recuperar" e que serão utilizados em sua totalidade no exercício de 2021.

31 Eventos subsequentes

a. Aumento de capital na investida

Em 1 de fevereiro de 2021, a investida Acordo Certo Participações S.A., realizou o aumento de capital no montante de R\$40.000 conforme adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela investidora Boa Vista.

b. Nova aquisição de investida

No dia 11 de março de 2021, a Companhia celebrou, nesta data, um contrato de compra e venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças com os acionistas da Konduto Internet Data Technology S.A. para (i) a aquisição de ações que representam 72,2% do capital social da Konduto, em contrapartida ao pagamento de montante em moeda corrente nacional, e (ii) a incorporação de ações da Konduto (imediatamente após os efeitos da Aquisição), de modo a tornar-se proprietária das ações remanescentes (não objeto da Aquisição) que representam 27,8% do capital social da Konduto (“Incorporação de Ações” e, em conjunto com a Aquisição, a “Operação”), em contrapartida à entrega, a determinados acionistas da Konduto - detentores de tal participação remanescente, de (a) 2.884.513 ações de emissão da Companhia, e (b) bônus de subscrição, os quais conferirão a tais acionistas a prerrogativa de subscrever até 1.955.620 ações da Companhia, os quais poderão ser exercidos mediante o cumprimento de determinadas condições. Mediante a consumação da operação, a Companhia se tornará titular, portanto, de 100% do capital social da Konduto.

O preço de compra global da Konduto considerado pela Boa Vista (levado em consideração na parcela a ser paga em moeda corrente e na parcela objeto da Incorporação de Ações) é de aproximadamente R\$172 milhões, sujeito a ajuste de preço considerando a variação de dívida líquida e capital de giro da Companhia.

A Konduto é uma das empresas líderes em fornecimento de soluções antifraude no Brasil com foco principal em contribuir à segurança da operação de lojas virtuais, *fintechs* e meios de pagamento através do combate à fraude em transações digitais de forma eficiente, minimizando as perdas relacionadas à fraude e maximizando o faturamento destas operações. A solução combina alta tecnologia e inteligência humana para realizar análises precisas em menos de 1 segundo e atende lojas no Brasil, México, Argentina, Chile e Colômbia. Com 7 anos de história, a Konduto é uma das maiores soluções antifraude do Brasil, com 120 funcionários. Em 2020, atendeu mais de 27 mil lojas e analisou mais de 244 milhões de pedidos, contribuindo com o faturamento dos seus clientes na ordem de R\$ 35 bilhões. A Konduto também é idealizadora e organizadora do Fraud Day, o maior evento da América Latina para profissionais do mercado de prevenção à fraude.

Esta aquisição está alinhada a um dos pilares fundamentais da estratégia da Companhia de ampliar a oferta de produtos e soluções aos seus clientes e aos consumidores através de sua liderança no desenvolvimento e implantação de soluções de alto conteúdo analítico, que se beneficiam do nosso foco crescente em atender as mudanças de um mundo cada vez mais digital.

O fechamento da Operação depende da implementação de condições usuais para transações desta natureza, conforme estabelecidas no Contrato, incluindo a realização de assembleia geral para a aprovação da Aquisição e da Incorporação de Ações, bem como a obtenção de aprovação pelo Conselho de Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Caso a Operação seja aprovada, eventuais acionistas da Companhia que dela dissentirem poderão exercer o direito de recesso quanto à totalidade das ações de emissão da Companhia de que mantiverem titularidade ininterrupta desde 11 de março de 2020 até o prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da ata da assembleia geral que houver aprovado a Operação. Os acionistas dissidentes receberão da Companhia, caso exerçam o seu direito de recesso, o valor de R\$0,673858376 por ação de emissão da Companhia, o qual foi calculado com base no valor do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e o número de ações em que atualmente se divide o capital social da Companhia.

A RGS Partners atuou como assessor financeiro exclusivo e o Mattos Filho como assessor legal da Companhia nesta transação.

Proposta de Orçamento de Capital

Conforme disposto no art. 196 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a administração da **Boa Vista Serviços S.A.** ("Companhia") vem apresentar a presente proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021.

A Companhia propõe a retenção de R\$33.257.258,71 (trinta e três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil e setecentos reais e catorze centavos) do lucro líquido apurado no exercício social de 2020, após as destinações obrigatórias para fazer frente a um orçamento de capital previsto de R\$163.672.349,00 (cento e sessenta e três milhões seiscentos e setenta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais), sendo que a diferença (*i.e.* R\$ 130.415.090,29 (cento e trinta milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa centavos) será proveniente de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

O presente orçamento de capital visa atender ao plano de investimentos da Companhia elaborado para o exercício social de 2021, sendo certo que os recursos serão destinados ao cumprimento do plano estratégico da Companhia, que envolvem investimentos necessários em Capex (Dados, Novos Produtos e Tecnologia/Infraestrutura) para a consolidação do seu crescimento.

Barueri, 18 de março de 2021.

Senhores Acionistas, os membros do Conselho Fiscal da Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”), em reunião realizada em 17 de março de 2021, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e suas respectivas Notas Explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinam favoravelmente à sua aprovação pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Barueri, 17 de março de 2021

Alfredo Cotait Neto - Presidente
Luiz Francisco Novelli Viana
Marcelo Benchimol Saad
Jean Claude Ramirez Jonas
Paulino do Rego Barros Júnior
Aldo Carlos de Moura Gonçalves
Nilton Molina
Luiz Roberto Gonçalves
Edy Luiz Kogut
Lincoln da Cunha Pereira Filho
Pedro Miguel Cordeiro Mateo

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

O Comitê de Auditoria da Boa Vista Serviços S.A. (“BOA VISTA”) é um órgão estatutário e tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração, e, dentre outras atribuições, compete-lhe a avaliação da prestação dos serviços de auditoria externa, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros à aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, estando em funcionamento desde o dia 26 de outubro de 2020. É composto por cinco membros sendo um deles independente.

O Comitê de Auditoria desenvolveu seus trabalhos de acordo com seu Regimento Interno e plano de atividades definidas pelos seus membros.

É responsabilidade da Administração da BOA VISTA a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e normativos regulatórios vigentes, assim como, a manutenção dos controles internos para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações.

As avaliações do Comitê de Auditoria em relação as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020, fundamentaram-se nas informações recebidas da Administração da BOA VISTA e dos Auditores Independentes – KPMG - em reuniões cujos assuntos discutidos estão registrados nas respectivas atas deste Comitê de Auditoria, assim como em suas próprias análises complementares decorrentes de suas atuações.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e correspondente relatório dos Auditores Independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o segmento em que a empresa está regulamentada.

Baseado no conjunto de todas essas informações e documentos disponibilizados, e no parecer dos Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria da BOA VISTA recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2020.

Barueri, 17 de março de 2021

Membros do Comitê de Auditoria:

Paulo Roberto Pisauro (Coordenador)

Carlos Antonio Rocca

Jean Claude Ramirez Jonas

Renato Gennaro

Márcio Massao Shimomoto

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

DIRCEU JODAS GARDEL FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.612.888 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 104.674.268-05, com endereço comercial na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da **BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 11.725.176/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

19 de março de 2021.


DIRCEU JODAS GARDEL FILHO
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ISOLÍRIO SCHONEBORN, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 15.603.276-4 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 066.731.688-46, com endereço comercial na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, na qualidade de Diretor Financeiro da **BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º e 15º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A e 151 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 11.725.176/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

19 de março de 2021



ISOLÍRIO SCHONEBORN
Diretor Financeiro

As demonstrações contábeis da Companhia são auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.